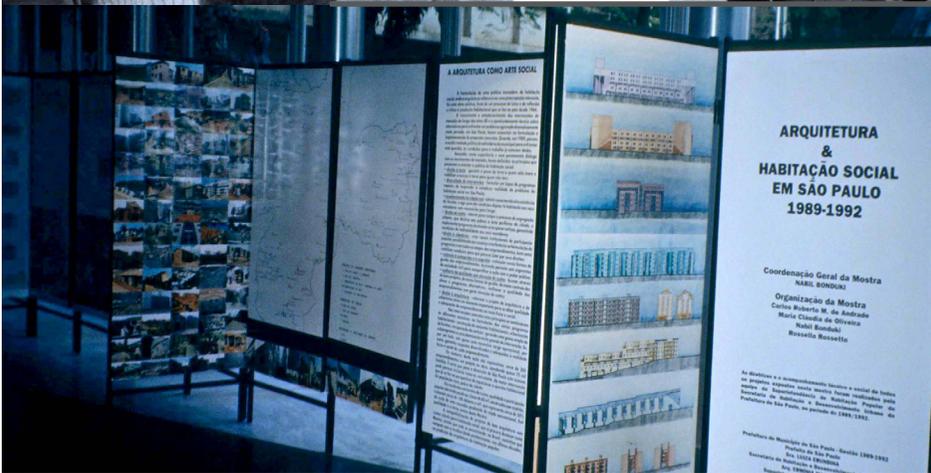




Nabil Bonduki



ENTRE A ACADEMIA E A POLÍTICA

UMA TRAJETÓRIA ENTRELAÇADA

MEMORIAL DE LIVRE-DOCÊNCIA

Nabil Bonduki

ENTRE A ACADEMIA E A POLÍTICA

UMA TRAJETÓRIA
ENTRELAÇADA

Departamento de Projeto
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Dedico esse memorial

a minha mãe Suad
em homenagem aos seus 90 anos

a minha querida Bel
pelos 35 anos de amor e companheirismo, que fazem parte dessa trajetória

ao Bolaffi, Lúcio e Ermínia
que me iniciaram na pesquisa e militância urbana

a Raquel e Rossella
como quem compartilhei tantos trabalhos e sonhos.

aos meus querid@s amig@s
que tanto ajudaram, com dedicação e paixão, a entrelaçar essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Sem a valiosa colaboração de Juliana Tiemi e Juliana Niero, que deram continuidade ao trabalho de organização iniciado por Joice Reis, Raquel Rizzi, Inês Bonduki e Paula Bedin, a realização desse memorial não teria sido possível.

A dedicação com que trataram a documentação que fui reunindo ao longo da vida, dando lógica, sequência e ordem a uma montanha de papéis, coletando atestados e documentos faltantes, pesquisando artigos que publiquei, mas não tinha sequer uma cópia, me permitiu concluir a tempo esse memorial.

Daniela e André foram fundamentais para garantir a editoração final do trabalho, realizado a partir de um projeto gráfico de Inês Bonduki, que editorou esse texto final. Isabel, Tiemi e Rossella colaboraram na revisão do texto.

Agradeço ao IAU de São Carlos, à FAU-USP e ao Instituto Via Pública pelo apoio e às várias instituições que atenderam nossa solicitação e elaboraram inúmeros atestados que permitiram que este memorial estivesse minimamente documentado.

Apesar do esforço da equipe, é necessário ressaltar que, por minha exclusiva responsabilidade, não foi possível resgatar integralmente as múltiplas atividades que realizei ao longo da minha vida profissional e acadêmica. As lacunas detectadas são, sobretudo, nos itens palestras em cursos e eventos e entrevistas à imprensa, filmes, programas de televisão e depoimentos para pesquisadores. A ausência de uma série de atividades realizadas, no entanto, apenas reduz em termos quantitativos a abrangência desse memorial, não chegando a alterar substancialmente sua qualidade.

A trajetória entrelaçada apresentada nesse Memorial só foi possível graças à colaboração de um enorme número de pessoas com quem trabalhei e convivi nestes mais de trinta e cinco anos de atividades acadêmicas, profissionais e políticas. Seria impossível tentar citá-las sem incorrer em graves injustiças. Agradeço a todos os que contribuíram para que fosse possível construir esse caminho, que me trouxe até aqui. A eles, dedico esse trabalho.

ÍNDICE

	À guisa de apresentação: etapas de uma trajetória muito peculiar.	07		
I	Nas profundezas da memória [1963-1974]	09	VII	Habitação social no Governo Erundina: intermezzo para uma experiência marcante [1989-1992] 41
II	Elementos de formação: entre o pensamento crítico e a pesquisa empírica [1974-1982]	15	VIII	Origens da Habitação social no Brasil: uma tese com dezoito anos de fôlego [1980-1998] 47
III	Periferias: a iniciação em pesquisa [1977-1979]	22	IX	A consolidação do trabalho em São Carlos: formando pesquisadores [1995-2001] 50
IV	Laboratório de Habitação: Origens de entrelaçamento entre extensão universitária, formação, pesquisa e política [1982-1986]	24	X	Vereador sem perder a linha [2001-2004] 54
V	Construindo territórios de utopia”: como a experiência do LabHab virou dissertação de mestrado 32		XI	De novo na FAU e mascateando pelo país: entre a história do urbanismo e o planejamento urbano [2005-2010] 60
VI	Novos horizontes: uma certa migração para São Carlos [1986-1995] 36		XII	Notícias do fim ou de um futuro possível [2011] 67

É possível um professor universitário, pesquisador em tempo integral em arquitetura e urbanismo, compatibilizar a atividade acadêmica de professor, pesquisador e orientador, com um forte envolvimento com a gestão de políticas públicas e, ainda, uma atividade político-partidária, mandato eletivo, representação parlamentar e militância na sociedade civil e movimentos sociais?

É possível fazer que com estas atividades sejam entrelaçadas, de modo a se realimentar mutuamente para o desenvolvimento de um pensamento crítico, teórico e prático, capaz de contribuir para a produção de conhecimento na área específica de urbanismo e, ainda, para um processo social transformador?

Essas questões são cruciais no âmbito deste memorial. Acredito que minha trajetória de vida – acadêmica e política – possa contribuir na reflexão desta questão e ajudar no debate sobre um aspecto que considero essencial para que a universidade recupere seu papel como espaço de reflexão e atuação política: a necessidade de um maior envolvimento de professores, estudantes e pesquisadores, em especial na área de urbanismo e planejamento, com a atividade política, seja em partidos e governos, seja em movimentos sociais e entidades da sociedade civil.

À GUIA DE APRESENTAÇÃO

ETAPAS DE UMA TRAJETÓRIA MUITO PECULIAR

Este memorial, escrito especificamente para o presente exame de Livre Docência, objetiva apresentar e comentar minha trajetória acadêmica, profissional e política. Essa trajetória foi dividida em algumas etapas, que marcam momentos específicos de meu processo de formação, amadurecimento e consolidação de uma maneira de trabalhar como professor, pesquisador, urbanista, militante político e formulador de políticas públicas, em várias áreas de atuação.

A principal característica desta trajetória, digamos, atípica tanto do ponto de vista de uma carreira universitária como política, é a maneira como ela foi sendo construída, com o entrelaçamento entre as atividades acadêmicas, em sentido estrito, com as profissionais e políticas.

Do ponto de vista acadêmico, que é o foco principal deste memorial, não é possível entender a evolução do pensamento crítico, as mudanças nos paradigmas que

orientaram a produção científica, as opções na condução das linhas de pesquisa que foram sendo criadas e desenvolvidas, assim como dos grupos de pesquisadores que se reuniram no meu entorno, sem observar, simultaneamente, o que estava ocorrendo na esfera política. O mesmo pode ser dito em relação à trajetória profissional, se é que ela pode ser separada da atividade acadêmica ou da própria política.

Por esta razão, não podia dividir esse processo intenso de atividades que estão reunidos, ainda de forma parcial, na Parte 2 deste Memorial, em itens separados tipo: o pesquisador, o urbanista, o político, o professor. Seria impossível: o que caracteriza esta trajetória é o forte entrelaçamento desses fios condutores, como uma corda, onde certa fragilidade em cada um dos fios que a compõe é compensada por estarem todos unidos fortalecendo o conjunto.

Assim, o texto que apresento está dividido por etapas, onde os marcos referenciais são tanto os acadêmicos, os ritos de passagem (dissertação e tese) e ingresso em instituições universitárias, como os políticos, cargos no executivo, legislativo e entidades da sociedade civil. Como toda periodização, trata-se de uma divisão arbitrária que visa apenas facilitar o entendimento da trajetória e mostrar os marcos mais importantes da carreira. As etapas que julguei as fundamentais são as seguintes:

- Nas profundezas da memória (1963-74)
- Elementos de formação: entre o pensamento crítico e a pesquisa empírica (1974-1982)
- Periferias: uma iniciação em pesquisa (1977-1979)
- Laboratório de Habitação: Origens de entrelaçamento entre extensão universitária, formação, pesquisa e política (1982-1986)
- Construindo territórios de utopia: como a experiência do LabHab virou dissertação de mestrado (1986-1987)
- Novos horizontes: a migração para São Carlos (1986-2005)
- Intermezzo para uma experiência marcante: habitação social no governo Erundina (1989-1992)
- Origens da Habitação social no Brasil: uma tese de doutorado com dezoito anos de fôlego (1980-1998)
- A consolidação do trabalho em São Carlos: a inserção na pós-graduação e a formação do Grupo de Pesquisa e assessoria em políticas públicas (1995-2005)
- Vereador sem perder a linha (2001-2004)
- De novo na FAU e mascateando pelo país (2005-2010)
- Notícias do fim ou de um futuro possível (2011)

NAS PROFUNDEZAS DA MEMÓRIA

[1963-1974]



Nesta minha trajetória algumas imagens de infância e adolescência voltam memória: o primeiro livro, a primeira noção de tragédia urbana, o primeiro reconhecimento histórico da minha cidade e o primeiro trabalho de arquitetura. Quero começar por aí.

Meu primeiro livro tinha capa verde e terminava antes de acabar de contar a estória [1963]

A professora mandou ler um livro, *Reinações da Narizinho*. Não tive dificuldade de encontrar na biblioteca do meu pai. Tinha capa verde.

Era uma biblioteca solene, que até hoje, trinta e cinco anos após a morte de meu pai, minha mãe mantém intocada. Todos os livros impecavelmente encadernados, com capa dura: minha primeira imagem de livros era aquela, estantes ordenada com coleções de volumes todos com o mesmo tamanho, da mesma cor, sem desenhos nas capas.

As estantes mais largas estavam tomadas por livros em árabe; estes eram geralmente de cor preta e vermelho, com umas letras esquisitas que eu não tinha a menor ideia do que podiam significar. As letras eram iguais às do jornal que meu pai trazia para casa toda semana e que ficava lendo na sala, com um interesse que eu não entendia nem apreciava.

Nas estantes mais estreitas, estavam os livros de capa colorida; eram coleções menores, de tamanho mais variado. Os de capa vermelha, eu conhecia bem: tinha aprendido a ler naqueles livros antes de entrar, tardiamente, no 1º ano do Colégio Dante Alighieri. Eram cheios de figuras e histórias divertidas, desenhos de bichos, árvores e lugares bonitos. Como se chamava mesmo? Não me lembro e não vou pesquisar porque escrevo de memória. Era um livro para crianças pequenas, como eu era.

Ao lado destes vermelhos, disse meu pai, que se chamava *Georges*, estava o livro que eu precisava, na coleção de

capa verde. Corri até a estante, era uma coleção de muitos volumes, mais de dez. Percorri com olhos os títulos que estavam na lombada e logo vi aquele que a professora mandou ler. Tinha o número 1. Ia pegá-lo quando o olhar se desviou para o número 4, que tinha o título "História do Mundo para as Crianças". Alguma coisa me atraiu naquele título: peguei o número 1, por obrigação, e o número 4, não sei bem por quê. Levei os dois para o meu quarto.

As "Reinações" li sem interesse, certamente não cheguei ao fim. Não me lembro o que tive que fazer na aula com ele. Não fui reprovado por isto. Achei chatíssimo, mas, provavelmente, não era tanto assim... A História do Mundo era um livro grosso que, quando comecei a ler, achei que nunca poderia terminar. Lia na cama, sem parar. Um dia falei para a professora que estava lendo este livro e ela disse que era difícil para mim, um menino de oito anos; foi quando comecei a desconfiar da professora. Não conseguia parar de ler e de repente fiquei chateado porque ele já estava acabando.

Quando cheguei ao final, fiquei frustrado: acabava de repente, em 1945, quando tinha estourado uma bomba. Estávamos em 1963, para mim era muito tempo. Fiquei me perguntando o que teria acontecido depois de 1945, ano que tinha acabado uma das muitas guerras que estavam

contadas no livro. Fiquei intrigado e voltei à estante estreita, à coleção de livros verdes, olhei os títulos de todos os volumes, procurando a continuação daquela estória, mas não encontrei nada parecido com o número 4.

Na falta de outro, comecei a ler o livro de novo; aí vi que não eram só os últimos anos não estavam "faltando"; fatos aconteciam em datas que pulavam cinquenta, cem anos; os acontecimentos estavam pouco explicados, queria saber mais sobre eles... Estava só começando a desbravar as coleções de capa dura da biblioteca do meu pai, que não paravam de crescer. Logo comecei a perceber que as estórias de Monteiro Lobato podiam ser contadas de outra maneira... Comecei a aprender que a história pode ser vista por múltiplos olhares.

A água ainda não baixou [1967]

Todos sabem que essas enchentes não são de hoje. Para mim, a primeira que tenho na memória aconteceu em 1967. O Tamanduateí transbordou e inundou a loja do meu pai, na Rua Cavalheiro Basílio Jafet, uma travessa da Rua 25 de março. Foi um grande prejuízo.

A loja do meu pai, quando aconteceu este enchente, era apenas um misto de

papelaria com produtos de armarinho e linhas que eram beneficiadas na "visconde", como se dizia, uma pequena fábrica que também pertencia à Georges e Emílio Bonduki Limitada e ficava na Rua Visconde de Parnaíba, no Brás. Antes a loja ficava só na frente porque no fundo havia uma gráfica, que meu pai chamava de tipografia, a Tipografia Editora Árabe, a única que compunha com tipos em árabe na cidade.

Durante todo aquele ano convivi com esta enchente porque eu e meus irmãos recebemos de "presente", para que usar na escola, cadernos, pastas e outros materiais que se salvaram da enchente, mas que estavam manchados pelas águas. Foi traumático lembrar o ano todo aquela tragédia.

As águas levaram vários dias para baixar. Lembro de ir com meu pai por uma rua alta, que agora sei que era a Boa Vista. De repente ele mandava o carro parar e descíamos para olhar a situação por uma ladeira estreita e bem profunda. A água estava lá, no início da ladeira e ele dizia ainda não dá para entrar. E voltávamos. Agora sei que era a ladeira Porto Geral, que continua na baixada como Cavalheiro Basílio Jafet, onde estava a loja.

Depois de uns dias, a água baixou e fui à loja, onde havia uma montanha de lixo e de mercadorias estragadas. As que não

estavam tanto eles estavam separando e fazendo uma liquidação; meus cadernos deste ano vieram desta 'liquidação', que eu odiava.

Foi minha primeira imagem de uma tragédia urbana. Percebi que a cidade tinha áreas altas e baixas. Minha tia Jamile, que morava no Morro dos Ingleses, sempre que falavam da enchente dizia que era melhor ter uma casa em uma área alta. Aos doze anos isto passou a ter um significado para mim.

Não contem aos meus inimigos, quero ficar enterrado em minha cidade, saudades [1971]

No último ano do ginásio, aos catorze anos, resolvi fazer arquitetura, depois de assistir um debate na TV Cultura. Por mim faria história, mas meu pai insistia que eu deveria ser engenheiro, frustrado com a trajetória do meu irmão que começou na Escola Politécnica e acabou cineasta na ECA. Nesse debate que reuniu arquitetos e artistas, não sei bem porque, cheguei à conclusão que arquitetura conciliava bem os desejos do meu pai com os meus e fui em frente. Acho que não erre na escolha.

No "Dante Alighieri", quando se chegava ao colegial, os estudantes eram divididos em "Clássico", "Científico" e "Biológicas",

de modo compatível com a especialização funcional que a reforma universitária da ditadura impôs. Os poucos alunos que queriam fazer arquitetura foram enquadrados no “científico” onde se caía em uma classe exclusivamente masculina de futuros engenheiros. Ali fui um excelente, mas frustrado, aluno de física, química e matemática. Enquanto fazia contas de cabeça e decorava fórmulas de química com uma memória impecável, fui salvo por um amigo, talvez o único que restou do ginásio, o Rogério Correa, que foi para o “Clássico”, com a intenção de fazer cinema. Ele me convidou para fazer um filme que unia literatura e urbanismo: um Super 8 sobre os poemas de Mário de Andrade que tratavam de São Paulo.

Realizar este trabalho foi uma aventura urbanística. Primeiro, se aprofundar na Paulicéia Desvairada e Lira Paulistana, procurando os poemas que falassem da cidade. Depois identificar inúmeros lugares citados, ir conhecê-los e fazer um roteiro para filmá-los com os poucos recursos técnicos que tínhamos. O filme saiu como deu, mas conheci em detalhe o centro de São Paulo, que depois estudei, pesquisei, percorri com meus alunos e trabalhei.

Através de Mário de Andrade, fui conhecendo a cidade e aprendendo a dela gostar – “São Paulo – Comoção da minha vida”. O meu primeiro, de tantos guias

urbanos e arquetônicos foi um livro de poemas: a Ponte das Bandeiras, as águas pesadas e oleosas do Rio Tietê, os parques do Anhaingabaú, as ruas do triângulo, a Rua Aurora, o Edifício dos Correios e Telégrafos, a Catedral da Sé (que nunca se acaba), os jardins do Ipiranga. “Minhas Londres das neblinas frias”.

Entendi melhor o clima e os povos da cidade:

*“Garoa do meu São Paulo
- Trimbre triste dos martírios –
um homem vem vindo, é branco!
Só bem perto fica preto,
Passa e volta a ficar branco.”*

E passei a ter novas curiosidades. Olhava o Largo do Paisandu e pensava porque o sexo deveria ficar lá enterrado e porque os joelhos ficariam na Universidade...

Aprendendo a medir com os pés e a pesquisar com os olhos [1974]

No dia 4 de fevereiro de 1974, acordamos ansiosos no alojamento nojento que a prefeitura de Taubaté teria nos cedido: neste dia, em que eu faria 19 anos, iria sair o resultado do vestibular e eu saberia se entraria na FAU. Por sorte, tanto eu, como o Luis Guilherme, tínhamos sido aprovados. Mas nem pudemos comemorar muito,

seguimos em frente com o levantamento que estávamos fazendo: casas do ciclo do café no Vale do Paraíba, meu primeiro trabalho de arquitetura, meio pesado para um estudante que nem sequer tinha entrado na faculdade de arquitetura.

Tudo começou no último dia de aula de linguagem arquitetônica no Equipe, onde fiz meu segundo ano de cursinho; o professor me chamou de lado e perguntou se eu queria fazer um trabalho nas férias. Disse que sim. Ele me deu o telefone de um arquiteto chamado de 'Janjão', com quem combinei me encontrar no dia seguinte ao vestibular.

Cheguei no Casarão da Rua Baronesa de Itu, que depois fiquei sabendo que era a sede do Iphan em São Paulo, mas o trabalho não era para o Iphan, era para outro órgão, o Condephaat, mas quem nos contratava – se é que aquilo podia ser chamado de contrato – era uma empresa contratada pelo Condephaate. Tudo muito complicado para quem nem sequer sabia que o que era coisa e outra...

A proposta era indecente, mas aceitei com aprovação do meu pai, que teve que financiar a brincadeira toda. Relembrando o episódio, entendo melhor porque chamaram dois alunos que nem sequer estavam na faculdade: as condições eram terríveis. Tínhamos que visitar várias

idades do Vale do Paraíba, inclusive zona rural, localizar cem imóveis urbanos e cem fazendas do século XIX e fazer o levantamento arquitetônico, plantas, cortes, elevações, detalhes da estrutura do telhado e outros elementos que julgássemos importantes, em desenhos a mão; depois teríamos que passar a limpo a nanquim, em papel vegetal, para finalizar a entrega. Todas as despesas eram por nossa conta e no final, depois de entregue, receberíamos alguma coisa, acho que era cem cruzeiros por imóvel levantado, pagava as despesas e pouco mais.

No dia seguinte, Janjão nos levou até o Sítio Santo Antonio, em Cotia, onde fomos fazer um treinamento expedido. Fiz de conta que aprendi, estava só começando. Perguntei como iria identificar os imóveis que devíamos fazer o levantamento e recebi uma aula de arquitetura tradicional e uma bibliografia que tratei de comprar, livros de nomes que não conhecia, mas que logo iria conhecer ao vivo: Nestor Goulart, Carlos Lemos, Luis Saia. Foi minha primeira aula de arquitetura.

Na 2ª feira seguinte, ele nos levou até Taubaté, onde fizemos uma reunião com o prefeito. Foi a primeira vez que vi um prefeito. Entramos na sala e ele falava no telefone, desligou e disse com ar importante "com a fábrica vieram os problemas" e logo em seguida entendi que ele estava

falando de Volkswagen, que estava se instalando na cidade. O prefeito disse que sim, que ajudaria e cedeu um quarto malcheiroso num alojamento municipal para que não tivéssemos mais essa despesa. Ficamos por ali. De dia visitava os casarões, pedindo pelo amor de Deus para que o proprietário me deixasse entrar e, de noite, lia os livros que tinha levado. Taubaté, Pindamonhagaba, Roseira, Caçapava, São José dos Campos, Paraibuna...

Apreendi o que era uma tesoura, uma terça, um beiral e um cachorro. O que era um oitão e uma parede cega. Como distinguir uma parede de taipa de pilão de outra de pau a pique; uma casa de implantação tradicional de um chalé do final do século, com um pequeno recuo lateral. Tinha que subir nos telhados, para desenhar sua estrutura, e descer aos porões, se existissem, para ver como eram as fundações.

Na zona rural, foi mais difícil. Meu pai emprestou o carro, acho que era uma Brasília amarela, que ficou semi-destruída. A orientação era para que fossemos em dupla. Percorrendo estradas de terra, verdadeiras picadas, orientados por mapas antigos, tínhamos que procurar a sede das fazendas, sem saber se eram ou não de interesse para os levantamentos. Às vezes, tínhamos que largar o carro e continuar por trilhas no meio do 'mar de morros' para chegar numa sede que não valia a pena levantar. Para economizar dinheiro

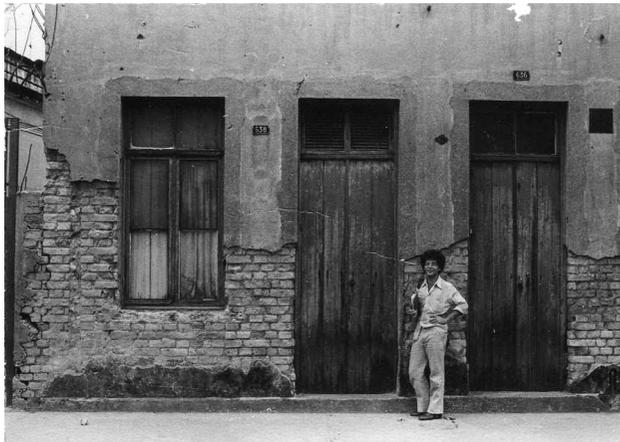
e tempo, resolvemos levar uma barraca e dormir por ali mesmo.

O levantamento das fazendas era mais interessante e demorado. Além do levantamento de todos os edifícios, tínhamos que fazer a implantação, localizando a sede, depósitos, senzalas, terreiros, roda d'água e outros equipamentos. Todas as medidas eram tomadas por passo, não medíamos nada com trena, o método era tal que uma pessoa sozinha pudesse fazer todo o levantamento. Com papel quadriculado, cada quadrado valia um passo, cada passo oitenta centímetros, eu tinha que forçar o pé para chegar lá. Era o período heróico dos que lutavam pela documentação e preservação do patrimônio, mas eu não sabia disto.

Depois veio a fase de desenhar o que tínhamos levantado. Isto já era em meados de 1974 até os primeiros meses de 1975, pois o trabalho todo demorou mais de um ano. Na sala do fundo do casarão da Rua Baroneza de Itu, passava horas e horas, depois das aulas na FAU, desenhando em nanquim. Foi neste período que conheci o homem do livro que tinha lido, Morada Paulista. Cabelos brancos, falava muito, olhava os desenhos e sempre tinha um comentário, contava uma história de suas andanças pelo estado e pelo país. Foi uma grande sorte conhecer Luis Saia, que faleceu antes que eu terminasse os desenhos.

II ELEMENTOS DE FORMAÇÃO

ENTRE O PENSAMENTO CRÍTICO E A PESQUISA EMPÍRICA [1974-1982]



Nas primeiras pesquisas sobre habitação, ainda estudante da FAU, 1976.

Considero que o período principal da minha formação básica se deu entre 1974 e 1982, quando se definiram as principais abordagens e linhas de pesquisa que acabaram sendo desenvolvidas ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional. As referências básicas deste período de formação são, o ano de 1974, quando comecei a trabalhar em arquitetura e, logo em seguida, com o ingresso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e o ano de 1982, quando prestei o exame de qualificação para o mestrado, depois de fazer oito disciplinas de pós-graduação e completar a primeira etapa da pesquisa que, afinal, foi incorporada ao doutorado, defendido, treze anos depois, em 1995 (o tema do mestrado foi alterado após a qualificação).

Refletindo sobre minha formação, encontrei quatro referências que foram importantes na trajetória futura:

- a formação em ciências humanas e economia política, que deu origem a um pensamento crítico;

- a formação prática de história da arquitetura, através da observação e levantamento da arquitetura e urbanismo português no Brasil;
- a formação em sociologia urbana, tanto teórica como empírica que teve com campo de observação privilegiado a periferia da região metropolitana de São Paulo;
- a formação em planejamento urbano, no âmbito de uma visão progressista vinculada a necessidade de controlar o processo de expansão urbana através de instrumentos urbanísticos inovadores;

Quando se é estudante de graduação, as principais referências que temos são os nossos professores, os autores dos livros que lemos com mais afinco e os profissionais com quem trabalhamos. É com base nos livros que li e no contexto acadêmico onde eles foram propostos que apresento os principais elementos de minha , que acabou por tomar um viés orientado por uma visão marxista do processo urbano, mas com importantes particulari-

dades da leitura local dos clássicos.

As principais referências foram os clássicos Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Raimundo Faoro e Caio Prado, e em nível internacional a sociologia urbana francesa, em particular, Manuel Castells, Jean Lojkine e Christian Topalov; nas ciências sociais e economia política, os pesquisadores do Cebrap e Cedec, em especial, Chico de Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort e Lúcio Kowarick; no urbanismo e planejamento urbano, Flávio Villaça e Candido Malta Campos Filho;; na habitação, Gabriel Bolaffi, Ermínia Maricato, Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio; na antropologia urbana, Gilberto Velho e Carlos Nelson dos Santos; na arquitetura, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre; na história da arquitetura e urbanismo, a Escola de Veneza, em especial, Carlo Aymonino e Manfredo Tafuri, além de Leonardo Benvenuto, Gideon e Anatole Kopp.

Quando se fala de formação, não basta dizer quais autores foram lidos e adotados, mas de mostrar o contexto em que estes autores foram lidos, sobretudo porque boa parte deles foram seus professores, orientadores e referências relativamente próximas, com quem era possível conversar e conviver. Apresento, então, na sequência, alguns relatos que ajudam a entender como construí minha formação.

Pesquisadores que influenciaram minha formação entre 1974 e 1982, através de alguns dos livros que estudei e do contexto em que eles foram lidos

Os livros e autores apresentados a seguir estão ordenados de forma aleatória, não seguindo nenhuma ordem cronológica nem de relevância. Todos foram importantes de algum ponto de vista. As datas indicam a primeira vez que tive contato com as idéias deste livros, em alguns casos antes deles terem sido publicados.

Gabriel Bolaffi
"A casa das ilusões perdidas" (1974);
"O problema e o falso problema" (1975)

Gabriel Bolaffi, que foi meu orientador desde o primeiro ano na FAU, me convidou para participar, em 1974, de um grupo de pesquisa em sua casa sobre habitação, depois de ter lido a resposta que dei a uma questão na sua disciplina de "Fundamentos". Quando cheguei na sua casa para a reunião do grupo, lá estava a Raquel Rolnik, também convidada e que passaria a ser nestes anos da FAU minha companheira de estudos sociais e urbanos e primeira parceira intelectual.

Lá estudamos vários textos sobre habitação, inclusive A questão da Habitação de Engels. Com Bolaffi e o grupo fiz a primeira visita à Vila Maria Zélia, que ainda

estava intacta.

Mas a tese de doutorado e o artigo de Bolaffi sobre habitação foram referências fundamentais para entender o BNH, as causas mais profundas da questão habitacional no Brasil, as limitações da política habitacional e a relação entre a economia política e a questão urbana e habitacional.

Ermínia Maricato
 “A penetração dos bens modernos na casa popular” (1975);
 “Auto-construção a arquitetura possível” (1977)

A disciplina do 2º ano da FAU do Desenho Industrial com os professores Ermínia, Ivone, Telmo e Percival, foi fundamental para introduzir uma dimensão que até então estava ausente do curso da FAU. Quando entrei na classe, no primeiro dia de aula (atrasado, é claro), a Raquel deu-me o programa da disciplina que tinha pegado para mim. Na margem superior da folha, ela tinha escrito: “Respira-se afinal”.

Quando entendi o que estava sendo proposto, compreendi o que ela queria dizer: afinal iríamos sair da cidade ideal, dos projetos de arquitetos conhecidos, dos planos abstratos – que predominavam no nosso curso – iríamos visitar e estudar a cidade real, onde viviam os trabalhadores que não tinham acesso àquela boa e grande

arquitetura.

Neste semestre, visitamos loteamentos populares em Osasco, desenhamos plantas e levantamos o mobiliário da casa popular, foi o primeiro contato sistemático com a periferia e com a autoconstrução, cujos desdobramentos na minha trajetória acadêmica, profissional e política foram imensos.

Os textos de Maricato consolidaram a visão que já estava delineada nas aulas e muitos outros contatos que passamos a ter a partir daí. Assim como aconteceu com o nosso texto “Periferias”, as reflexões de Maricato, baseadas em observações concretas da realidade urbana foram fundamentais para dar mais concretezade às teorias de Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick.

Francisco de Oliveira
 “Crítica à Razão Dualista” (1974);
 “O estado e o urbano” (1980)

Textos fundamentais para o entendimento do processo de transformação do Brasil no século XX. Desde a graduação até o doutorado foram importantes para a fundamentação teórica e leitura dos processos econômicos e sociais dos períodos estudados, sobretudo na relação entre a questão urbana e habitacional e a

economia política. A importância do texto "Crítica à Razão Dualista", em particular no que se refere à discussão sobre a auto-construção, foi sistematizada em artigo específico de minha autoria "Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Francisco de Oliveira" In: Risek, Cibele e Romão, Wagner.. (Org.). Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

Lúcio Kowarick

"São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza" (1976);
"Espoliação urbana" (1978-80)

"São Paulo: crescimento e pobreza" foi fundamental para a compreensão dos processos urbanos no Brasil, em particular para a relação entre a acumulação capitalista e os processos de produção e reprodução das cidades brasileiras. Foi a partir da leitura deste livro que foi elaborado o projeto de pesquisa de iniciação científica, "Formação da Periferia da Grande São Paulo: elementos para sua análise", adiante comentado, que foi orientado pelo professor Kowarick.

"Espoliação urbana": na verdade, não foi o livro que teve papel na minha formação mas todo o processo entre 1977 e 1980 de convivência com o professor Kowarick, no momento em que ele estava elaborando esse conceito. Neste período, participei

de dois grupos de estudos coordenados por Lúcio; em 1977, com seus orientandos (todos de mestrado e doutorado), em um grupo de estudo na sua casa, onde pude ler e debater um amplo conjunto de textos de história social, sociologia e economia política, autores como Wilson Cano, João Manuel, Warren Dean, Paulo Sérgio Pinheiro, Wilson Suzigan e muitos outros que foram fundamentais para minha formação e, posteriormente para meu mestrado (que virou doutorado); em 1978, participei de um outro grupo, mais amplo, que será relatado adiante, onde o conceito de espoliação urbana foi amplamente debatido.

Karl Marx e F. Engels

"Formação da classe trabalhadora na Inglaterra" (1975);
"A questão da Habitação"(1975),
"O Capital" Livro 1 (1977)

Em 1977, no curso de História da Técnica com Rui Gama e Julio Katinsky, o livro 1 do Capital foi indicado como literatura básica, e deviam ser fichados um ou dois capítulos desse livro por semana. Talvez tenha sido eu um dos poucos da turma que cumpria regularmente esta obrigação. Esta bibliografia foi essencial para entender a formação do modo de produção capitalista e sua relação com a acumulação e a exploração do trabalho. Já o livro A questão da Habitação, lido para a disci-

plina optativa de G. Bolaffi foi básico para entender a formação da cidade capitalista européia e dos problemas urbanos e habitacionais, assim como que elucidar as limitações das ações públicas em política habitacional na cidade capitalista. No mestrado estes livros foram retomados.

Manuel Castels.
 “A questão urbana” (1976)

Lojkin.
 “A produção capitalista da cidade” (1978)

C. Topalov.
 “Os empreendedores imobiliários” (1979)

Estes autores e outros da chamada sociologia urbana francesa dos anos 1970 foram muito importantes para entender a produção capitalista da cidade, numa visão marxista que buscava construir uma teoria sobre a cidade, aprofundando temas como renda da terra, estado do bem estar social, meios de consumo coletivo etc. Entre 1978 e 1980 participei de um grupo de estudos como alguns professores e profissionais (Lucio Kowarick, Rodrigo Lefevre, Lucio Gregori, Paulo César Xavier, Félix Araújo, Jorge Oseki entre outros) que objetivava ler e debater vários destes textos. Disciplinas optativas na graduação, como a do Prof. Flávio Villaça (1978) e de pós-graduação do mesmo professor, além de Maria Adélia (1980) foram funda-

mentais para aprofundar o estudo destes textos.

Sérgio Ferro
 “O canteiro e o desenho” (1976);
 “Arquitetura Nova” e “A casa popular” (1978)

Em 1975 fiz uma disciplina de projeto com o Prof. Rodrigo Lefèvre; a partir daí ele virou muito mais que um professor marcante, tornou-se um orientador informal de arquitetura e um amigo. Em janeiro de 1976, em uma viagem mochileira pela Europa, passei (com a inseparável Raquel, e a Bartira, outra colega da FAU) por Grenoble, onde Rodrigo estava lecionando como professor convidado. Foi a oportunidade para conhecer Sérgio Ferro, que para nós que ingressamos na FAU em 1974 era uma abstração, um guru desconhecido. Ele virou de carne e osso e pudemos entender um pouco melhor o que ele pensava, que não era exatamente o que se falava na FAU (onde o nome do Sérgio Ferro era usado para defender a postura de que não tínhamos nada a fazer em arquitetura fora uma ação meramente política).

Alguns meses depois, como consequência deste contato, o Sérgio nos enviou os manuscritos do que viria a ser o Canteiro e o Desenho, um texto datilografado. Apesar da dificuldade e da abstração do texto, ele foi lido nesta versão primitiva; isto

foi muito importante para, no ambiente político da FAU de 1977 e 1978, buscar-se uma via alternativa que fugisse à polarização entre os que defendiam a necessidade de se projetar nos moldes tradicionais e os que argumentavam a favor do “não projeto”. O texto foi marcante para introduzir a necessidade de analisar o processo de produção da arquitetura, superando a visão estreita do projeto arquitetônico.

A Casa Popular foi essencial para aprofundar o estudo sobre a autoconstrução, que já estávamos estudando na pesquisa de iniciação científica.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos
 “Quando as pranchetas mudam de rumos” (1978);
 “Movimentos Sociais no Rio de Janeiro” (1982);
 “Quando a rua vira casa” (1983)

Carlos Nelson foi fundamental para ampliar minha visão sobre a formação da cidade brasileira, incorporando a diversi-

dade, com uma crítica à visão dogmática e aos processos autoritários de produção do espaço. Com um olhar antropológico, Carlos Nelson introduziu novas perspectivas de análise sobre a cidade e contribuiu para que novas perspectivas fossem introduzidas na análise urbana.

Anatole Kopp
 “Quando o moderno era uma causa e não um estilo” (1985)

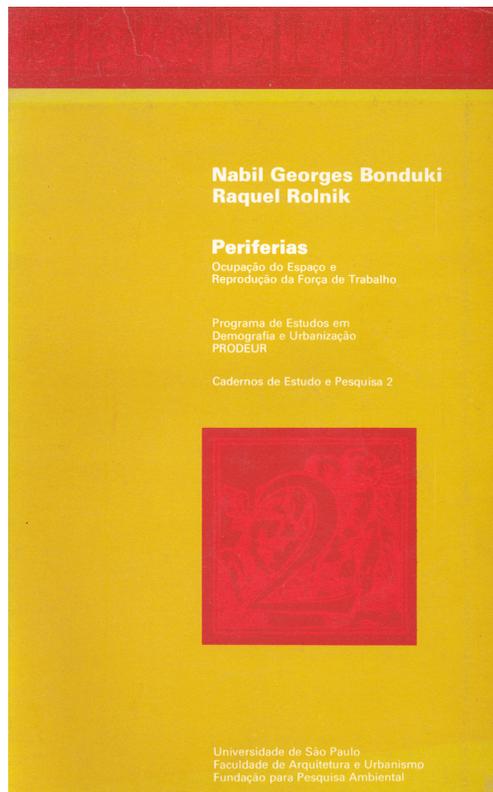
Em 1985, por indicação do professor Dácio Ottoni, levei o professor A. Kopp, que estava em São Paulo, para visitar algumas áreas de favelas, conjuntos habitacionais e, sobretudo, projetos de habitação “alternativos” que estávamos desenvolvendo no Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes, onde buscávamos introduzir formas autogestionárias de produção da habitação social, descritos nos itens seguintes.

Anatole Kopp, que queria conhecer projetos que relacionavam propostas políticas com arquitetura, gostou muito do que

viu. Ficou mesmo entusiasmado, como se nele renascesse uma esperança. Fiquei surpreso com aquele velhinho que - como eu - falava em utopia, mas a relacionava com o movimento moderno e não com a autogestão, que era o meu tema. No percurso fiz inúmeras críticas à arquitetura moderna brasileira e ao modernismo em geral, em particular aos conjuntos do BNH. Ele dizia que nem sempre foi assim e, como retribuição à minha gentileza de passar um dia inteiro com ele rodando por São Paulo, me enviou depois de um tempo um texto de sua autoria, que alguns anos depois (1991), saiu no Brasil, "Quando o moderno era uma causa e não um estilo". Foi um livro fundamental para a redefinição e ampliação do meu doutorado, que até então estava dirigido exclusivamente para a história social e economia política, iniciando o estudo da relação entre o movimento moderno e a habitação social no Brasil nos anos 30 a 60.

PERIFERIAS

UMA INICIAÇÃO EM PESQUISA [1977-1979]



Em 1976, durante este processo de formação, que se encaminhava para um aprofundamento na área da economia política e do que, na época, se chamava de sociologia urbana, propus, com Raquel Rolnik, um projeto de pesquisa de iniciação científica que apresentamos à FAPESP com solicitação de bolsa. Como Gabriel Bolaffi, que a princípio seria nosso orientador, iria passar um ano no exterior, ele nos recomendou para o professor Lúcio Kowarick que aceitou a orientação. A ideia era uma pesquisa sobre a formação da periferia, tentando entender todo o processo de produção da casa própria autoconstruída, desde a constituição do loteamento até o processo de construção, em etapas, da edificação.

Esta foi realmente uma pesquisa de iniciação. Nela aprendemos a fazer pesquisa quantitativa e qualitativa, a analisar dados, a tomar depoimentos, a selecionar os estudos de caso, a organizar um relatório de pesquisa e a relacionar a teoria com os levantamentos empíricos.

Embora esta pesquisa pudesse ser também considerada parte do processo de formação – afinal era apenas uma iniciação científica – ela tomou uma dimensão que merece ser destacada. Rendeu, em todos os níveis, um desdobramento acadêmico estupendo: a primeira apresentação de um trabalho em um evento científico, na SBPC de 1978, em uma mesa com Lúcio Kowarick e Ruth Cardoso; a primeira publicação de um artigo em periódico, em agosto de 1978, na Revista de Arquitetura Chão no 2; a publicação integral do relatório final de pesquisa, em uma espécie de livro “Periferias”, editado na FAU, e a publicação de um capítulo no livro coordenado por Ermínia Maricato “A produção capitalista da Casa e da Cidade no Brasil industrial”. O trabalho teve repercussão nacional e rendeu alguns convites para conferências, palestras e mesa redondas.

O trabalho, obviamente, se relacionava com quatro linhas de estudos que tinha feito ou estava fazendo paralelamente:



Acima, Jardim Cirino, em Osasco. Abaixo, com Raquel e seu Zelito e família, um dos moradores entrevistados do Jardim Cirino na pesquisa "Periferia": um retorno emocionante.

- a disciplina de Desenho Industrial, com Ermínia Maricato e seus levantamentos realizados nos loteamento de Osasco, textos e, inclusive, o filme "Fim de Semana", que foi feito quase ao mesmo tempo;
- o texto de Francisco de Oliveira, "Crítica à razão dualista" e seu parágrafo sobre a "autoconstrução";
- o livro "São Paulo 1975: crescimento e pobreza", de Lúcio Kowarick e a teoria desenvolvida no capítulo "A lógica da Desordem"
- a pesquisa de Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio, "A casa popular paulistana".

O trabalho se tornou um marco na minha trajetória, garantindo uma enorme divulgação acadêmica e vários desdobramentos importantes, mas ele me pareceu insuficiente para o que eu pretendia fazer.

Quando a publicação saiu, resolvemos levá-la para as pessoas que tinham sido entrevistadas e outras que conhecemos nos loteamentos. Achávamos que era importante dar um retorno para eles, que todos ficariam muito contentes. A surpresa veio quando fomos procurados por alguns jovens que, de maneira agressiva, vieram com a publicação na mão tirar satisfação conosco sobre alguma coisa que estava

escrito ali: "então vocês vem aqui para falar mal do nosso bairro? O que vocês estão fazendo para melhorar o bairro?."

Aquele sinal me deixou muito incomodado. Estávamos em 1979, o país estava mudando rapidamente: greves no ABC, anistia, formação de novos partidos, sinais de que o espaço político estava se ampliando. O momento já não era o mesmo de 1975, quando denunciar as condições de precariedade urbana era um ato político, de denúncia das agruras do milagre brasileiro, que empobrecia os trabalhadores.

Senti que queria algo mais que fazer pesquisa acadêmica com distanciamento e método puramente científico. Queria entrelaçar a pesquisa não com uma militância partidária, um tanto abstrata (até então não participava de nenhum grupo político ou partidário), mas com uma ação concreta.

IV LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO

ORIGENS DE ENTRELAÇAMENTO ENTRE EXTENSÃO UNIVERITÁRIA, FORMAÇÃO, PESQUISA E POLÍTICA [1982-1986]



A oportunidade para continuar atuando na periferia, mas mudar o enfoque veio logo em seguida. Em 1981, fui convidado pelo arquiteto Jorge Caron, coordenador do Curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes para ingressar como professor. Durante quatro anos e meio dei aulas de “Métodos e Técnicas de Pesquisa” (disciplina inovadora em cursos de arquitetura e urbanismo no início dos anos 1980, onde os alunos deveriam formular um projeto de pesquisa e executá-lo durante três semestres), de história do urbanismo, disciplina que ministrei durante mais de vinte anos, pois teve continuidade em São Carlos; e de urbanismo.

O que Caron tinha em mente quando me convidou, além de reforçar o quadro docente com jovens professores (tinha então apenas 26 anos), era outra coisa: criar um laboratório voltado para desenvolver projetos e trabalhos extracurriculares na periferia da cidade, como um serviço que a Belas Artes iria promover envolvendo professores e alunos. Como a pesquisa e as publicações sobre a periferia tinham

tido grande repercussão, nós ficamos conhecidos como os caras que conheciam a periferia e o processo de construção da moradia dos pobres, coisa que, para a maioria dos arquitetos, era assunto marginal ou inexistente. A Raquel não poderia participar porque ia fazer o doutorado em Nova York. Então eu seria estratégico na equipe desse laboratório, que tomou o nome de Laboratório de Habitação (Lab-Hab).

A experiência foi marcante, superando aquele incômodo que o retorno aos loteamentos de Osasco tinha me causado. Posso dizer que foi no Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes que consegui juntar o trabalho acadêmico sobre a periferia – até então apenas uma forma de observar sociologicamente o processo de formação de loteamentos e de autoconstrução da casa própria – com a vontade de atuar na arquitetura de uma maneira diferente.

O que me vinha à mente neste projeto eram dois objetivos. O primeiro, retomar



Com os estudantes do Laboratório de Habitação da Belas Artes: formação e utopia política.

as idéias de Sergio Ferro sobre a Casa Popular, buscando desenvolver projetos com a participação dos moradores, que poderiam construir em autogestão, com o domínio completo de todo o processo de produção, da criação ao produto rompendo a alienação no trabalho, característica do capitalismo. Em segundo lugar, atuar politicamente junto aos movimentos sociais, dando-s assessoria técnica nos embates com o poder público.

A experiência marcou, portanto, um momento de passagem de uma prática acadêmica mais tradicional, marcada, sobretudo, pela sociologia urbana dos anos 1970, para um maior envolvimento com novas práticas de projeto, junto com a população, e uma militância política com os movimentos sociais, que para mim foi, muito mais do que o partido, a porta de entrada para a política.

O LabHab foi a primeira entidade estruturada e permanente de assessoria técnica voltada especificamente para os aspectos de arquitetura, urbanismo e construção surgida em São Paulo. Sem ele e sem o grande apoio e estímulo que deu à proposta de autogestão, dificilmente esta proposta teria se implantado com força nos movimentos de moradia, sobretudo na zona sul de São Paulo, na primeira metade da década de 1980.

O Labhab era herdeiro de um conjunto de trabalhos anteriores, realizados por arquitetos que foram para a periferia atuar no apoio aos movimentos populares como uma das facetas da luta democrática contra a ditadura. Ermínia Maricato, Zé Calazans, Luis Fingerman, Walter Ono, Antonio Carlos Santana são alguns destes arquitetos que, numa época muito mais difícil, quando a repressão da ditadura era forte, foram apoiar a organização popular que crescia com o apoio das comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica Progressista, alicerçada na Teologia da Libertação.

A ideia do LabHab era mais do que isto. Já havíamos passado os tempos mais duros da ditadura e nossa perspectiva era fortalecer o movimento social ao mesmo tempo em que colocávamos em prática algumas novas concepções que entendíamos que poderia ser uma alternativa de política habitacional para o país, frente a forte crise do modelo BNH, que estava clara no início dos anos 1980. Neste sentido, o LabHab catalisava um conjunto de propostas que podia parecer um sonho, uma verdadeira utopia.

Para a faculdade, o LabHab era uma forma de se aproximar da igreja. Não por acaso, no dia 1º de maio de 1982, o diretor da Faculdade Belas Artes, Gomes Cardim, nos levou até a Cúria Metropoli-

tana para anunciar a Dom Paulo Evaristo Arns que sua faculdade "iria apoiar as comunidades da periferia, com os alunos e professores levando seu saber técnico para ajudara os mais pobres".

Este dia marcou o nascimento do LabHab, que foi a primeira experiência de uma série de propostas da Belas Artes que visava complementar a formação dos estudantes através de atividades de assessoria à comunidade e ou pesquisa, garantindo uma dedicação dos docentes fora do horário de aula. Os professores eram remunerados por hora-aula, como se fosse uma atividade de orientação e os estudantes recebiam bolsas, o que lhes permitia freqüentar o curso gratuitamente. Instalava-se, assim, um núcleo de professores que permaneciam na faculdade para além do horário de aulas e de alunos em tempo integral, meio período em aula, meio período em atividades extra-curriculares.

A concepção foi inovadora no ensino de arquitetura em escolas particulares, onde quase sempre o compromisso único do professor e dos alunos é o trabalho nas salas de aula, cumprindo o currículo acadêmico. O mérito por ter sido implantada é do arquiteto Jorge Caron, coordenador do curso de arquitetura da Belas Artes, desde o seu início até a formação da primeira turma em 1984.

A proposta original do LabHab era a de fornecer assessoria técnica para a parcela da população que não utiliza os serviços profissionais do arquiteto, em função do alto custo e da falta de reconhecimento da necessidade deste saber no processo de construção corrente, conseqüência do caráter elitista que a profissão sempre teve, protegida, sustentada e limitada pelo poder político econômico e cultural.

O LabHab tinha, portanto, objetivos essencialmente experimentais, dentro de um esforço maior que vários arquitetos vinham realizando de forma voluntária no sentido de construir uma nova pratica profissional, destinada a colocar nosso saber a serviços dos que não detêm o poder. Ao participar do Lab-Hab passei a integrar este grupo.

Foi baseado nestas experiências anteriores, que, entretanto, foram isoladas e descontínuas, nas quais algumas de seus membros já tinham participado, que chegamos à conclusão que a assessoria só surtiria o efeito desejado se atuássemos juntos aos movimentos sociais urbanos. Senão seria voluntarismo, paternalismo ou assistencialismo, posturas que desde o início rejeitamos. Influenciado pela experiência das cooperativas habitacionais do Uruguai, que eu tinha acabado de conhecer e pelo contato que começava a ter com os movimentos de moradias ligados



Apresentando a experiência do Laboratório de Habitação em Medellín, 1986.

a igreja, que foram propiciados por minha ainda incipiente participação no Partido dos Trabalhadores, propus que tivéssemos como clientes privilegiados os movimentos de moradia e que lutássemos pelo estímulo à autoconstrução.

A proposta foi aceita, com apoio pelo arquiteto Juan Villá, que foi indicado coordenador do Lab-Hab e que havia participado, diretamente, da experiência da Cooperativa dos Arquitetos, promovida pelo Sindicato dos Arquitetos, em 1978, que tentou atuar como um serviço de assistência técnica remunerado na periferia e que fracassou por várias razões, entre as quais a atomização da clientela, sua baixa capacidade de pagamento e a falta de importância que a sociedade, de uma maneira geral, dá ao trabalho de arquitetura.

Entendia que o Lab-Hab só daria certo se nós participássemos, contribuindo com a nossa especificidade técnica, de um processo social e político mais amplo, de modo a tornar o trabalho um instrumento para o crescimento de formas alternativas de poder. Com essa concepção, estivemos presente, durante quatro anos, no dia-a-dia de vários movimentos de conquista de moradia, desempenhando uma gama variada de papéis: arquiteto, político, professor e pesquisador.

Assessorava tecnicamente os movimentos de moradia em aspectos de arquitetura, construção e urbanismo. Formulava propostas de política habitacional, buscando criar canais de comunicação entre os técnicos e os moradores e desenvolvendo instrumentos de educação popular que facilitasse a compreensão dos mecanismos que regem a política habitacional do Brasil. Este era o momento em que aparecia o arquiteto, o técnico da ação, buscando desenvolver novas práticas de trabalho profissional.

Envolver-se politicamente era inevitável. Em primeiro lugar, no âmbito do próprio movimento, onde cada participante – líderes, apoios, bases, padres, técnicos – tinham um papel a desempenhar que jamais deixava de ser político. Os projetos apresentados como técnicos eram também políticos e os líderes dos movimentos sempre tiveram clareza disto, razão pela qual nunca abriram mão de ter seus próprios profissionais nos processos de debate com o poder público. Viramos os arquitetos da comunidade, que eram levados a tiracolo pelos movimentos para as reuniões nas secretarias onde o saber técnico do poder podia ser desmascarado por um discurso competente.

Sem dúvida, o fato de termos um conhecimento essencial dava-nos um poder, na micropolítica local, bastante grande.

Tínhamos que traduzir as linguagens cifradas das propostas de poder público e analisá-las. Só o fato de sermos 'doutores' dava-nos um poder de influência significativo, o que podia levar a desvios perigosos, com os técnicos tomando o lugar das lideranças populares.

O trabalho no LabHab não era só assessoria e política. Nunca deixamos que ele perdesse um objetivo central: ser uma atividade da universidade, de formação e de produção de conhecimento, encarando nossa função de pesquisador e professor. Pesquisador, antes de tudo, pelo caráter experimental que, sob todas as perspectivas, ele sempre teve.

Do Lab-Hab saíram propostas de desenvolvimento tecnológico, como os painéis pré-fabricados de alvenaria armada que Juan Villá levou para a Unicamp, logo que as condições institucionais se tornaram inviáveis na Belas Artes, e a ideia de criação de um canteiro de obras, que apenas começou a funcionar mas que ficou como uma proposta que posteriormente foi desenvolvida em outras escolas de arquitetura, como a própria FAU. E também um projeto de pesquisa, que eu coordenei, que visava analisar as novas experiências alternativas baseadas na participação do movimento social, que acabou sendo a base do meu mestrado, cujo tema foi alterado em 1985, sob protesto do meu

orientador.

Mas o laboratório era também um lugar de formação, pois sempre atuamos em conjunto com os estudantes, buscando desenvolver uma nova prática de ensino. Assim, em cada momento do trabalho, buscamos extrair pretextos para, através da reflexão conjunta, seminários, debate e leitura de textos, desenvolver idéias, novos métodos ou processos relevantes na formação do estudante de arquitetura. A própria prática direta no canteiro, assessorando os moradores no processo de construção, já se constituía em um excepcional trabalho de formação.

Embora o LabHab tivesse uma gama variada de preocupações, como vimos, ele foi se tornando uma referência para o movimento de moradia, que crescia neste período e crescentemente demandava assessoria técnica. Logo não conseguimos mais atender todas as demandas e solicitações que apareciam, pois durante bastante tempo o LabHab era o único órgão de assessoria técnica da área de arquitetura e construção, estruturado e permanente, que existia em São Paulo. Então foi ficando claro o quanto este trabalho era necessário e importante para o avanço das novas propostas políticas dos movimentos populares, que apontavam no sentido de superar o caráter meramente reivindicatório, ganhando a perspectiva

de formulação de propostas alternativas, entre elas, a autogestão de projetos habitacionais. A partir daí esta perspectiva nunca mais deixou de estar presente nos movimentos de moradia e eu nunca mais abandonei este tema, embora a partir de outras inserções acadêmicas, profissionais e políticas.

O fechamento do LabHab e sua repercussão no ensino de arquitetura e das entidades profissionais

O trabalho realizado no LabHab teve grande repercussão em várias frentes. Os primeiros trabalhos que apresentei no Exterior, como no Uruguai e Argentina em 1984, na Colômbia, em 1986, no Equador e na Alemanha, em 1988 foram relacionados com essa experiência em um momento que na América Latina se processava um intenso debate sobre os trabalhos de assessoria técnica junto a movimentos de moradia. No país, estes trabalhos foram apresentados em vários encontros científicos e seminários, assim como em conferência, sobretudo em escolas de arquitetura. Além disto, não foram poucos os debates em movimentos e associações de moradores, a maior parte dos quais não estão registrados neste memorial.

O Laboratório de Habitação funcionou ininterruptamente de 1º de maio de 1982 a 24 de março de 1986, quando a

direção da Faculdade de Belas Artes trancou a sala onde ele funcionava com um cadeado. Os professores foram licenciados compulsoriamente, culminando um processo de conflito trabalhista. Demonstrou-se, uma vez mais, que o ensino privado não consegue conviver com práticas democráticas de decisão e experiências inovadoras. Uma vez mais porque várias outras experiências interessantes de ensino de arquitetura, como o trabalho de São José dos Campos e Santos, no início dos anos 1970, tiveram o mesmo fim. Enquanto durou, foi muito importante para alunos, professores e movimento social. A repercussão do trabalho do LabHab no ensino de arquitetura foi significativa. Foram criados vários órgãos congêneres em outras universidades, como a Habifaus, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos; o Laboratório do Habitat, na Faculdade de Campinas e o Laboratório de Habitação do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. O tema dos escritórios piloto ganhou peso nos debates das entidades estudantis a partir da daí, com presente constante nos encontros regionais e nacionais de estudantes de arquitetura (EREA e ENEA) que são promovidos anualmente.

Nesta aventura que compartilhamos nos bairros populares, pudemos realizar, com

os estudantes que se entregaram ao trabalho, um processo de formação em arquitetura e urbanismo que julgo verdadeiramente revolucionário frente à situação do ensino de arquitetura no Brasil dos anos 1980: conhecemos e trabalhamos com os movimentos sociais; formulamos alternativas de projetos e sistemas construtivos (que geralmente não deram certo, mas aprendemos); aferimos custos e orçamentos; pensamos tecnologias adequadas; conhecemos a vida, angústias, privações e emoções de moradores no seu dia a dia, com facetas que jamais seriam resgatáveis em pesquisas acadêmicas com metodologias tradicionais. Participamos de duros embates com o poder público, o que também foi um grande aprendizado, sobretudo para mim.

A experiência também teve repercussão no âmbito das entidades profissionais. Em 1987, quando eu já era presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, foi criada uma Comissão de Assessoria aos Movimentos de Moradia, que

visava debater e estimular a assessoria técnica como uma prática profissional. Alguns grupos de assessoria técnica nasceram deste trabalho. Posso afirmar que a repercussão do LabHab levou-me a ser, duas vezes, um jovem candidato pela chapa de oposição a presidente do SASP (1983 e 1986). Esta escolha estava relacionada ao desejo deste setor jovem da categoria de construir alternativas de atuação profissional.

O Laboratório foi uma paixão, e como toda paixão deixou vários filhotes espalhados por aí: os quase cem estudantes que passaram por ele. Os que se jogaram de corpo e alma nesta aventura – superando com garra um tranco de trabalho que exigia muito em dedicação, sacrifícios e versatilidade – saíram da faculdade com uma frustração e um desafio: onde trabalhar profissionalmente fazendo o que aprenderam.

Nasceu deste grupo, logo alimentado por vários outros em diferentes estados, um movimento de jovens profissionais que

lutaram para que se criassem condições para que este tipo de trabalho, a assessoria técnica gratuita à habitação popular pudesse se transformar em uma obrigação do Estado e uma alternativa profissional para os arquitetos. Estamos falando aqui dos primórdios do movimento pela criação de um serviço de assistência técnica gratuita que, em 2008, se transformou em lei nacional.

Em 1989, na administração Luiza Erundina, com a grande expansão das Associações Comunitárias de Construção por Mutirão e Autogestão e do número de unidades habitacionais construídas sob esta perspectiva, passaram a ser escassos os técnicos preparados para assessorar os movimentos. Chegou-se a ter 18 entidades de assessoria técnicas ao mutirão, reunindo dezenas de arquitetos e outros profissionais, assunto que vou tratar mais adiante. Os estudantes que passaram pelo LahHab estavam entre os mais experientes para desenvolver este tipo de trabalho. Como era nossa intenção quando da criação do LAB-HAB, a assessoria técnica ao mutirão autogerido tornou-se, efetivamente, naquele momento uma alternativa profissional.

V CONSTRUÍDO TERRITÓRIOS DE UTOPIA

COMO A EXPERIÊNCIA DO
LABHAB VIROU DISSERTAÇÃO
DE MESTRADO



Resgatando a experiência do Lab-Hab, pretendo refletir sobre a trajetória de uma luta que teve e tem muitas facetas (...). A análise que realizo sobre o movimento de moradia não é uma análise acadêmica, distanciada, nascida de uma 'observação científica'. Ao contrário: o texto que apresento nos capítulos seguintes é resultado de uma 'observação militante', de quem participou ativamente das experiências analisadas como um dos seus agentes.

(...) não considero a reflexão realizada uma revisão de águas passadas; como toda reflexão realizada no âmbito do LabHab e cada vez mais em todos os âmbitos de minha atividade profissional, política e acadêmica, é uma reflexão para a ação. E, espero, a principal utilidade desta tese é vir a ser um instrumento de reflexão para a ação dos próprios movimentos de moradia, assessoria técnica e poder público na formulação de uma nova política habitacional e na construção de novas utopias.

Nabil Bonduki

Apresentação de Construindo Territórios de Utopia (Dissertação de Mestrado apresentada à FAUUSP jan. 1987)

Entendo que a experiência do LabHab foi decisiva para minha trajetória. Foi ali que começou a se configurar este entrelaçamento entre pesquisa, formação, atuação profissional e militância política.

Como desdobramento desse trabalho, resolvi, logo que o LabHab foi fechado, mudar o tema do meu mestrado, sem abandonar a pesquisa que já havia feito. Propus para meu orientador deixar a pesquisa sobre a evolução das soluções habitacionais no período de 1930 a 1964 para o doutorado (já tinha três capítulos prontos!) e finalizar o mestrado com uma sistematização da minha experiência no laboratório e com uma reflexão teórica sobre a autogestão como processo alternativo de promoção da habitação financiada pelo poder público.

Entendo as razões que levaram Bolaffi a se opor a essa mudança e a ficar magoado com a maneira como polemizei com ele no próprio texto da dissertação e na sessão de defesa. Ele foi, como já afirmei, foi muito importante na minha



formação, desde quando me convidou para ingressar seu grupo de estudos, logo no primeiro ano da FAU. Quando propus a mudança, ele atuava na Cohab e defendia uma produção centralizada de habitação, típica do BNH, exatamente o contrário do que eu estava propondo ao defender a autogestão e o mutirão. Em 1986, este conflito não era casual, representava a contraposição de dois projetos políticos para o país, que nos colocava em campos opostos.

O prazo final da dissertação era o início de 1987. A decisão de fazer da reflexão sobre o LabHab o tema da dissertação de mestrado tinha claramente um objetivo político: por um lado, registrar a experiência e evitar que se perdesse, por outro, repercutir e divulgar o mais amplamente possível, a ideia da autogestão em projetos habitacionais. Com razão, eu achava

a oportunidade para difundir essa ideia era aquela. O movimento de moradia estava mais organizado do que nunca, e promoveu uma grande onda de ocupações de terra nos final de 1986, quando mais de vinte mil famílias ocuparam áreas vazias na zona leste; a política nacional de habitação teria que ser reformulada, pois o BNH acabava de ser extinto e o processo constituinte, que acabava de ser instaurado colocaria na ordem do dia a participação popular.

A dissertação, escrita quando já era professor na Escola de Engenharia de São Carlos, mas que refletia este momento anterior, tem duas partes bem definidas. Na primeira, se situa o quadro urbano e habitacional do início dos anos 1980 em São Paulo, para contextualizar as duas experiências concretas de projetos alternativos realizadas com assessoria do LabHab,

casos foram analisados em profundidade, como as etnografias de movimentos que Carlos Nelson havia feito em seu livro já citado. Na segunda parte, é realizada uma análise conceitual sobre os processos não convencionais de produção (autoconstrução, mutirão e autogestão), buscando mostrar que a proposta de autogestão em projetos habitacionais, embora incorporasse uma prática fortemente consolidada entre os setores populares (o autoemprego da casa própria), não se confundia com ela, pois propunha uma organização coletiva de trabalho e gestão, com ganhos de produtividade e qualidade, inclusive por viabilizar uma assessoria técnica.

Sem dúvida, o trabalho era uma dissertação militante, reforçada pela maneira com o debate em deu na banca examinadora, e no clima político de embates entre projetos políticos, que opunha mercado x organização popular e visões diferentes de mundo, como pode ser lido no texto da professora Marilena Chauí de apresentação do livro que resultou da tese.

Naquela tarde, como membro da banca de defesa de tese, pude avaliar o quanto era revolucionária a proposta de Nabil Bonduki – que ele designava como Utopia. Porque essa avaliação era possível? Pelo menos por três razões. Em primeiro lugar, pela própria resistência universitária de alguns membros da banca examinadora, que julgaram o pro-

jeto ineficaz, anacrônico do ponto de vista tecnológico e com baixa produtividade. Em segundo lugar, porque a tese questionava uma poderosa instituição sócio-econômica, qual seja, o mercado da construção civil, os escritórios de arquitetura e engenharia e as empreiteiras, e uma instituição política, qual seja, a relação entre o poder público e o mercado da construção civil. Em terceiro lugar, porque Nabil desvendava a ideologia da incompetência como ideologia, isto é como dissimulação e ocultamento de relações sociais de exploração e de relações políticas de dominação.

Marilena Chauí

Apresentação do livro *Habitação e Autogestão: Construindo Território de Utopia*, 1991

No entanto, não era uma dissertação desprovida de debates acadêmicos. Uma das polêmicas conceituais que a dissertação levantava era exatamente com a tese da superexploração do trabalho associada à autoconstrução, que Chico de Oliveira desenvolve em *A Crítica à Razão Dualista*. A dissertação argumenta que quando o trabalhador promove a construção de sua própria casa, ainda mais se for em regime de mutirão autogerido, ele estaria se apropriando integralmente do produto do seu trabalho, superando a alienação típica do capitalismo. Quanto mais alta fosse a produtividade deste trabalho, mais o morador ganharia, daí a importância dos pro-

cessos autogestionários e da introdução de avanços tecnológicos na produção habitacional autogerida.

É difícil avaliar o quanto o LabHab e a dissertação contribuiu para a difusão da autogestão. O certo é que, quando ela foi publicada, quatro anos após sua conturbada e conflituosa defesa em julho de 1987, a autogestão tinha se tornado um ponto central da reivindicação dos movimentos e o principal programa habitacional da maior cidade do país, como se vê no Prefácio do livro "Habitação e Autogestão: construindo territórios de utopia", publicado apenas em 1992, de minha autoria:

Não imaginava, em 1986, quando escrevi 'Construindo Territórios de Utopia - a luta pela gestão popular em projetos habitacionais' que, em apenas quatro anos, o que parecia ser uma utopia – a autogestão em projetos habitacionais – se transformaria numa realidade de dez mil casas em construção nesta perspectiva.

No entanto, não era outro o objetivo deste trabalho: contribuir, através de uma análise de experiências concretas de lutas pela implantação da autogestão na produção de habitação, para convencer os céticos e animar os apaixonados pela autogestão de que esta era uma alternativa viável para enfrentar o problema de moradia no país. O sucesso do Programa Funaps Comunitário, (...) mostrou que estávamos certos quando acreditávamos na potencialidade dos mutirões autogeridos. Hoje já são

oitenta e quatro associações comunitárias de construção por mutirão que promovem a edificação de milhares de casas, de excelente qualidade, num extraordinário processo produtivo autogerido.

Mas não foi fácil chegar até aqui. Foram vários anos de lutas e dificuldades, de experiências, de incompreensão, de avanços e recuos, de formulação de propostas, de acertos e erros; anos de construção e alimentação de uma utopia, que parecia distante e incerta. Este trabalho, Construindo Territórios de Utopia é, em si, parte deste processo de luta, escrito para ser apresentado como uma dissertação de mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo num momento em que parecia longe a possibilidade da autogestão se tornar um programa habitacional público. Polemizando com vários segmentos da sociedade que não acreditavam ou não entendiam a proposta, ele levantou, a partir de experiências concretas, aspectos essenciais que contribuíram para formular as bases do Programa Funaps Comunitário.

VI NOVOS HORIZONTES

UMA CERTA MIGRAÇÃO PARA SÃO CARLOS [1986]



Depois da experiência intensa do LabHab, onde se construiu este entrelaçamento que é a peculiaridade de minha trajetória, ingressar no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos foi essencial. A Escola de São Carlos garantiu uma intensa vida acadêmica, em um nível ambiente universitário de alto nível. Apesar do grupo de professores ser relativamente pequeno, a intensidade de contatos, a possibilidade de desenvolver projetos coletivos e a forte integração com alunos de graduação e pós-graduação, permitiram uma interlocução intelectual e um processo de formação que não tinha encontrado em nenhum outro ambiente até então.

Confesso que quando fui participar do processo de seleção, em janeiro ou fevereiro de 1986, o fiz meio sem querer, por insistência do pequeno grupo de professores que lá estava e porque era óbvio que o "projeto Belas Artes" não teria mais futuro. Depois de levar quatro horas e meia entre a minha casa e o antigo e

precioso prédio que o arquiteto Paulo Camargo construiu com componentes de argamassa armada para o antigo Departamento de Arquitetura e Construção, meu ânimo para encarar esta perspectiva estava lá embaixo. Melhor assim, pois ao invés de me decepcionar, meu entusiasmo somente cresceu ao longo dos muitos anos em que fui docente na escola.

O relativo isolamento em relação ao agitado ambiente político e cultural de São Paulo me garantiu o necessário recolhimento que a vida acadêmica exige. Mas ao contrário de outros professores que fizeram deste recolhimento um modo de vida, São Carlos que permitiu dar continuidade, com certo limite, ao desenvolvimento das atividades de caráter político e de extensão de serviços à comunidade indispensáveis para que esta trajetória pudesse ser construída.

Posso dizer sem risco de errar que, não tivessem sido as condições muito particulares em que me enredei entre São Carlos, como base acadêmica, e São Paulo, como



Com os alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da EESC, viagens didáticas ao Rio de Janeiro: no pavimento intermediário do Conjunto Residencial Marques de São Vicente, na Gávea, (1993) e no Estádio do Maracanã (1995).

base político/cultural, a história contada e comentada neste memorial seria muito diferente.

Fui, durante a maior parte da minha vida acadêmica (1986-2005), docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, onde ainda possuo um último vínculo com a pós-graduação, pois minha última orientanda, em treze dias, estará entregando seu doutorado. Neste departamento dei aulas de História do Urbanismo para dezenove turmas de graduação, de Habitação Social no Brasil para dez turmas de pós-graduação, orientei dezesseis mestres e três doutores, com dissertações e teses defendidas. Coordenei, por um ano, o Curso de Graduação. Formei o Grupo de Pesquisa e Assessoria em Habitação e Urbanismo, onde orientei treze bolsistas de iniciação científica, dos quais cinco viraram mestres e três estão em vias de defender o doutorado. Neste período, escrevi minha dissertação de mestrado (embora seu objeto tratasse da experiência do LabHab), desenvolvi a pesquisa e escrevi a tese de doutorado e dei início e executei a primeira fase da pesquisa que gerou a tese de livre-docência que acompanha este memorial, cujos pesquisadores principais são todos ex-alunos e mestres formados em São Carlos, onde produzi a grande maioria de livros e artigos que publiquei.

Com os alunos de graduação realizei cerca de setenta viagens didáticas, voltadas para a história da arquitetura e urbanismo e estudos urbanos, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ouro Preto, Parati e Curitiba, prática de ensino que considero fundamental para a formação em urbanismo.

Dos inúmeros aspectos que esta experiência na EESC permite comentar, quero destacar quatro: a consolidação da minha inserção na área de arquitetura; a importância da interlocução na área de história e teoria da arquitetura e urbanismo, em especial sobre a arquitetura moderna, que teve forte influência no meu doutorado e desdobramento na livre-docência; o processo de formação de um Grupo de Pesquisa em Habitação, que permitiu a formação de um grande número de jovens pesquisadores e a possibilidade de dar continuidade ao entrelaçamento entre desenvolvimento acadêmico e política, de um jeito muito diferente do que tive no LabHab.

Em São Carlos, se consolidou minha inserção na área de arquitetura e urbanismo, em nível de pesquisa, ensino e atividade profissional. Até então, como fruto da formação e das relações acadêmicas e políticas que estabeleci desde a graduação, minha interlocução acadêmica estava ainda muito mais relacionada com a área

e as instituições de ciências humanas do que com arquitetura e urbanismo, que aliás, até então era muito frágil do ponto de vista acadêmico, pois a ANPUR apenas foi criada em 1986, em um encontro em Friburgo, no qual, aliás, fui relator de um dos grupos de trabalho.

Meu envolvimento com a área de Ciências Humanas pode ser visto na seqüência de atividades que integra este memorial. Durante quase toda a década de 1980, participei de vários congressos da Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, publiquei artigos em livros e revistas da área de Ciências Sociais e mantive uma forte relação acadêmica com o Professor Lúcio Kowarick, que além de ter sido meu orientador na iniciação científica, me incluiu em seu grupo de estudos e em várias pesquisas e trabalhos profissionais que ele coordenou.

Foi através desta relação acadêmica que, durante certo tempo (1981-1984), integrei a equipe da COGEP/SEMPA (Secretaria de Planejamento do Município de São Paulo), em um setor de estudos sócio-econômicos urbanos, coordenado por Kowarick (depois fui capturado pelo Prof. Luis Carlos Costa para integrar uma das sub-equipes de um plano diretor que nunca acabou), fui pesquisador do CEDEC (1984-1986) e mantive contato com inúmeras instituições no país e no exterior da área de sociologia urbana.

É importante destacar que quando ingressei no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC, o concurso que fiz foi para a disciplina de Fundamentos Sociais, o que revela como eu via minha atividade acadêmica e como ela era observada. Embora entendesse que o trabalho no Laboratório de Habitação fosse uma atividade estritamente relacionada com a arquitetura e urbanismo, não era bem assim que isso era visto. Para muitos arquitetos, esse trabalho na periferia era um misto de sociologia com militância política. Não era o caso dos arquitetos que estavam em São Carlos e eu posso entender que a insistência para que eu ingressasse no curso era exatamente para levar este tipo de experiência, que apontava para um alargamento do campo profissional.

Em São Carlos, o foco principal do curso era o projeto de arquitetura e urbanismo. Em 1987, propusemos a criação da disciplina de História do Urbanismo no Brasil que passei a ministrar e que, posteriormente, foi fundida com a disciplina de Arte e Arquitetura no Brasil. Com isto, gradativamente fui transitando para a área de arquitetura e urbanismo, onde consolidei minha inserção nos anos 1990 e me aproximei dos temas em debate na área de arquitetura.

Uma das consequências mais importantes deste processo foi uma progres-

siva alteração do foco do meu trabalho de pesquisa, crescentemente voltado para a história e teoria do urbanismo e da arquitetura, sem me afastar do tema da habitação, aspecto que será aprofundado quando tratar da tese de doutorado “Origens da Habitação Social no Brasil”. A intensa interlocução acadêmica no Departamento, onde se formou um excepcional grupo de professores da área de História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, me permitiu aprofundar o estudo da arquitetura e urbanismo modernos. Os instigantes debates com Carlos Martins e outros colegas nas longas noites “sem ter o que fazer” em São Carlos – como eram boas – propiciaram condições para rever e aprofundar o debate sobre as limitações da historiografia da arquitetura brasileira, de modo a estabelecer um vínculo, que acabou sendo fundamental no meu doutorado, entre habitação e arquitetura moderna.

Por fim, neste primeiro segmento sobre minha inserção em São Carlos, que será retomada adiante, é importante dizer que apesar deste aprofundamento acadêmico que a “migração para São Carlos” propiciou, meu envolvimento político e militância continuaram de maneira intensa, em São Paulo e elas alimentavam o trabalho acadêmico, de certa forma estabelecendo um link entre o mundo da política e o da universidade. De alguma maneira, eu

funcionava como uma espécie de fio terra, que parecia importante para “politizar” o departamento.

No final de 1985 fui convidado para colaborar com o Jornal Folha de São Paulo na elaboração de editoriais sobre temas urbanos, o que exigia uma atualização permanente sobre tudo o que ocorria em ‘urbanismo cotidiano’ no Brasil. Foi uma experiência fascinante, que durou até meados de 1989, quando meu ingresso na prefeitura de São Paulo inviabilizou a continuidade deste trabalho. Neste período escrevi cerca de 160 editoriais sobre os mais diferentes temas, cujo conteúdo exigia difíceis discussões com os editorialistas do jornal e com seu publisher, cujas opiniões nem sempre coincidiam com as minhas. Para tanto, era necessário preparo acadêmico e argumentações consistentes nos assuntos mais polêmicos, sempre envolviam interesses econômicos e disputas ideológicas. A experiência foi riquíssima sob vários pontos de vista, inclusive no que se refere ao aprofundamento sobre temas urbanos que posteriormente eram debatidos nas aulas.

No final de 1986, uma outra inserção política estabeleceu uma importante ligação com o trabalho universitário: fui eleito presidente do Sindicato dos Arquit-

etos do Estado de São Paulo (SASP), com a perspectiva de ampliar os horizontes de atuação profissional e a intervenção da categoria no debate da cidade.

A atuação no SASP, além de significar uma importante experiência de gestão administrativa, financeira e política de uma entidade de arquitetos que, na época, tinha mais de cinco mil sócios, dos quais quase metade eram pagantes, permitiu levar para o nível profissional a questão do trabalho técnico na assessoria à habitação popular. Através de uma comissão de trabalho, muitos dos estudantes que participaram do Laboratório de Habitação passaram a formular como transformar a assistência técnica como uma alternativa de trabalho profissional, processo que gerou os primeiros resultados logo em seguida (na administração de Luiza Erundina em São Paulo muitos destes jovens profissionais atuaram na assessoria aos mutirões) e que, a longo prazo, se desdobrou, através de uma articulação muito mais ampla realizada pela Federação Nacional de Arquitetos, na aprovação, em 2008, de uma lei nacional de assistência técnica gratuita para habitação social.

Outra articulação importante onde o SASP desempenhou um papel relevante foi a criação do Movimento Nacional pela Re-

forma Urbana. Reunindo várias entidades de sociedade civil, o movimento formulou e apresentou ao Congresso Constituinte a Emenda de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana, com o apoio de cerca de 130 mil eleitores. Através deste processo, se garantiu a inclusão de um capítulo específico sobre Política Urbana, regulamentado através do Estatuto da Cidade, e que gerou uma nova metodologia de planejamento urbano, que teve grande impacto em toda a minha atuação profissional e acadêmica a partir de 2001.

Estes múltiplos olhares sobre a cidade, que foram gerados nesse período – do ponto de vista da universidade, da imprensa e de uma entidade profissional – eram complementares e permitiam observar meu objeto de estudo, a cidade, de uma maneira bastante aguçada. Acredito que foi muito positiva esta possibilidade de cruzar diferentes formas de analisar o processo urbano.

VII HABITAÇÃO SOCIAL NO GOVERNO ERUNDINA

UMA EXPERIÊNCIA MARCANTE (1989-1992)



Com Luiza Erundina, na apresentação do projeto do Mutirão Celso Garcia, no bairro do Brás

Quem de nós, naquela tarde, no casarão de Higienópolis, durante a defesa de tese de Nabil, poderia imaginar que, três anos depois, estaríamos reunidos noutra lugar para transformar em política governamental uma utopia universitária? Mas foi o que aconteceu. Do Laboratório de Habitação passamos à Superintendência de Habitação Popular, da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo.

Essa passagem, contudo, não é surpreendente (surpreendente foi o surgimento de condições imediatas para que ela acontecesse). De fato, o Laboratório de Habitação trazia em seu cerne a intervenção direta sobre a vida social pelo trabalho que realizava com os movimentos populares de moradia, numa atitude inédita nos meios universitários, pouco afeitos às necessidades e desejos da cidade.

Marilena Chauí

Apresentação do livro "Habitação e Autogestão: construindo territórios de utopia."

Quando aceitei, no final de 1988, o convite de Ermínia Maricato e Luiza Erundina para ocupar o cargo de Superintendente de Habitação Popular da Prefeitura de São Paulo (HABI), tinha clareza do que tínhamos que fazer: colocar em prática uma série de propostas que estávamos discutindo em diferentes âmbitos – no sindicato, na universidade, nos movimentos sociais, nos grupos de políticas públicas do partido – para mostrar que uma outra política habitacional era possível.

Nossa análise era clara. Não tínhamos condição de intervir de forma massiva para enfrentar o problema habitacional de São Paulo apenas com recursos municipais, mas podíamos mostrar um outro jeito de fazer e isto era muito importante. Com a extinção do BNH, colocava-se a necessidade de construção de um paradigma alternativo que lançasse as bases para a formulação de uma nova política habitacional.

Na divisão de trabalho proposta no interior da área de habitação, caberia à HABI



Com Ermínia Maricato, assinando convênio de novos mutirões.

pensar os programas alternativos e estabelecer a interlocução com o movimento de moradia; para dar conta de recado, eu tive que reestruturar o órgão e montar uma equipe movida pela militância e capaz enfrentar este desafio respondendo, ao mesmo tempo, à enorme demanda por moradia existente na cidade e à necessidade de criar uma referência – materializada em programas e intervenções concretas – que se contrapusesse aos equívocos anteriores.

Não foi fácil encarar esse desafio. Como pode se ver neste trecho de um artigo que escrevi em 1990, mostrando cansaço e dificuldades, que somente puderam ser superados pela clareza de que a oportunidade era única e que tínhamos que agregar forças para enfrentar os entraves e dar conta de uma tarefa ao mesmo tempo profissional e militante:

Confesso que neste ano e nove meses em que estou à frente da Superintendência de Habitação Popular (HABI) e do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Funaps) tive, muitas vezes, vontade de desistir e voltar a ser um observador crítico dos erros que vem sendo cometidos na política habitacional no Brasil. Posição cômoda, ares acadêmicos, distanciamento crítico, tempo de sobra para investigar, escrever, criticar. Ou mesmo para propor alternativas que, no máximo, seriam testadas como experiências-piloto,

restritas, pequenas e limitadas com cabe à universidade e à oposição, na perspectiva de indicar caminhos.

A enorme pressão do movimento de moradia, o mais organizado de São Paulo, cobrando respostas rápidas de uma administração que ajudou a eleger (...) e uma estrutura administrativa e técnica subdimensionada e despreparada (...) pareciam impossibilitar a superação de tantos obstáculos e dificuldades. Entretanto, se a impotência e os entraves pareciam insuperáveis e desanimadores, o sonho e a utopia de toda uma geração que trabalha, milita e reflete sobre a questão da habitação não deixavam renunciar a uma forte determinação que nos estimulava: garantir que a conjuntura política criada com a eleição do PT em São Paulo viabilizasse uma concepção alternativa de política habitacional. A prefeitura de São Paulo, que administra a maior cidade e o terceiro orçamento do país, tem condições de formular e implementar propostas que há muito a sociedade brasileira vem exigindo e o PT defendendo. (...) o fim do BNH, a falência do Sistema Financeiro da Habitação e a ausência de novas iniciativas criaram um vácuo propício ao surgimento de experiências institucionais a nível municipal com a utilização de soluções já concebidas mas ainda não testadas que teriam forte impacto nacional.

Nabil Bonduki.

“O empenho em viabilizar uma política habitacional.” Revista Projeto, out de 1990.



Em uma assembléia em Guaianases, com futuros mutirantes, 1991.

De fato, a situação era muito particular e a conjuntura política e as características de São Paulo foram decisivas para viabilizar os objetivos que tinha em HABI. O maior município do país, onde se concentrava um imenso déficit de moradia, contava com um fundo habitacional – FUNAPS – que pode ser convertido para financiar, com recursos próprios, um programa realizado de forma autônoma, sem depender dos outros níveis de governos e de instituições financeiras que amarrassem propostas inovadoras. A cidade concentrava o movimento de moradia mais mobilizado do país, e estava sendo administrada por uma prefeita, Luiza Erundina, que cresceu politicamente no apoio às lutas por terra e habitação, sem ter compromissos com outros interesses tradicionalmente envolvidos com a questão, como empreiteiras, proprietários de terra, incorporadores e burocracia estatal.

Neste quadro, pude planejar uma intervenção habitacional numa escala sem precedentes em programas municipais: em quatro anos foram desenvolvidos cerca de 250 empreendimentos, envolvendo quase 70 mil famílias. O município desapropriou ou disponibilizou cerca de 4 milhões de m² em terrenos e glebas em todas as regiões da cidade, além realizar projetos de urbanização em 71 favelas. Não se tratou, portanto, de uma experiência piloto, mas de um programa de grande

envergadura que objetivava gerar um efeito-demonstração de que uma outra política habitacional era possível, com destaque, para a qualidade urbanística e arquitetônica dos projetos.

A busca por compatibilizar uma boa arquitetura e adequada inserção urbana com custos compatíveis com a habitação social revelou caminhos que criaram referências projetuais inovadoras na produção da arquitetura da habitação. Isto foi possível graças a novas formas de gestão, como o mutirão auto-gerido e ao rigor no controle dos custos de produção, valorizando a etapa de projeto. Uma ampla gama de profissionais foi mobilizada, combinando arquitetos experientes com uma nova geração – organizada em entidades de assessoria técnica – formada num contato mais estreito com os movimentos de moradia e sob uma perspectiva de projeto participativo. Muitos dos antigos estudantes do Laboratório de Habitação montaram ONGs de assessoria técnica, outros se integraram na equipe de Habi.

Para estimular o surgimento de tipologias e propostas inovadoras, libertas dos estreitos limites impostos pelas posturas tradicionais, foi realizado em 1989 o Concurso Nacional de Ante-Projetos de Habitação que selecionou profissionais que foram contratados para desenvolver projetos em situações concretas.



Adotou-se uma política agressiva de desapropriação de vazios urbanos situados em áreas dotadas de infra-estrutura, introduzindo uma nova lógica de inserção urbana que rompeu a tradicional localização periférica de grandes conjuntos, característica do BNH. A opção foi por empreendimentos de menor dimensão, projetados com a participação dos futuros moradores, previamente definidos em fóruns regionais de habitação. Os projetos se articulavam com a política urbana municipal, que propunha o combate à ociosidade de terrenos e glebas. Com isto, se garantia uma redução do custo da infra-estrutura, a aproximação entre a moradia e o local de trabalho, um melhor aproveitamento das redes de serviços, equipamentos urbanos e linhas de transporte coletivo e se evitava o surgimento de bairros dormitórios.

uma maneira inovadora. Tanto do ponto de vista da diversidade de programas e da dimensão, como da qualidade de projeto, a intervenção foi marcante, apontando para a inserção da habitação como um elemento fundamental para a produção da cidade e para a implementação de novas formas de gestão.

O assunto já foi objeto de muitas dissertações, teses, artigos, discussões e não é o caso de retomar aqui em detalhes o avanços, os limites e os problemas desta experiência mas, apenas refletir sobre como o impacto que ela teve nesta minha trajetória, cada vez mais entrelaçada. Ainda dos tempos de HABI, duas iniciativas merecem ser citadas da relação entre o pensamento acadêmico e a prática de políticas públicas.

A primeira começou a ser desenvolvida alguns meses antes das eleições: solicitei a Diretoria de Planejamento que elaborasse, com o apoio de instituições universitárias, um processo de avaliação do que estava sendo feito na Superintendência, com o objetivo de reunir elementos que possibilitassem uma revisão do programa que estava em curso, em uma possível nova administração. Depois da enorme abertura e experimentação que vinha sendo feito, era necessário pesquisar e avaliar, se forma independente o trabalho realizado para corrigir os rumos e dar continuidade

Em suma, muito do que vinha sendo debatido na universidade, muitas daquelas utopias pode ser colocado em prática, sobretudo porque a vitória de Erundina foi uma das maiores zebras eleitorais que já ocorreu em São Paulo. Neste governo, fato praticamente inédito, tinha-se uma situação onde o único compromisso era com o programa que o elegeu.

Assim, HABI pode ser tornar um verdadeiro laboratório de experiências de alternativas para enfrentar a questão de



Acima, inauguração do mutirão Madre de Deus na Móoca. Abaixo, com parte da equipe de Habi, na inauguração do Conjunto São Francisco Setor 8, 1993: de pé, da esquerda para a direita: Sergio Golçalves, Eulália Portela, Elisa, Jorge Hereda, Mossar, Paulo Fernandes, Nícia e Mitiko. Agachados: Angela Amaral, Daniel Amor, Maria do Rosário Rô e Rossella Rossetto.

com mais segurança ao processo apenas iniciado. Este trabalho foi começado, rendeu algumas análises, alguns debates acadêmicos, mas a derrota eleitoral frustrou seus objetivos mais profundos.

A outra iniciativa recorre diretamente da minha experiência como historiador. Não fossem as agruras por que eu estava passando, na minha pesquisa de doutorado, para conhecer os projetos habitacionais realizados nos anos 1940 e 1950 (que apenas agora, quase vinte anos depois, com o inventário sistematizado no Volume 2 da Tese com acompanha este Memorial, está suprido), eu não teria tomado a iniciativa, duas semanas após Paulo Maluf ter vencido as eleições de 1992 de solicitar para a equipe a realização de um relatório incluindo todos os empreendimentos que estavam sendo desenvolvidos em HABI. Graças a esta iniciativa é possível conhecer todos os empreendimentos realizados, precioso material de pesquisa, que dificilmente um administrador que não fosse pesquisador propria em um momento tão conturbado como foi o final do governo Erundina.

Com o apoio de uma empresa de gerenciamento, elaboramos um roteiro para sistematizar as centenas de projetos que estavam sendo executados, incluindo um histórico, ficha técnica, localização na cidade, dados de área, orçamentos

e peças gráficas, com as implantações, projetos completo e outros elementos que permitiam conhecer a intervenção. Organizados por regiões da cidade, este Relatório de Gestão, como foi chamado, acabou somando doze grossos volumes que reúne os empreendimentos realizados pela Superintendência nos quatro anos da administração Erundina. Este registro sistemático, reproduzido em vinte cópias, foi deixado nos principais setores da Secretaria da Habitação e enviado para bibliotecas de instituições universitárias.

Os desdobramentos da experiência de HABI

A partir de 1993, é visível a influência desta experiência em minha trajetória acadêmica. Paralelamente a linha de pesquisa sobre história da habitação que, como será mostrado a seguir, foi também impactada por estes quatro anos na prefeitura de São Paulo, estruturei uma outra linha voltada a estudar aquilo que passei a chamar de "período pós-BNH", ou seja, um fase da ação habitacional no Brasil onde municípios e estados tomaram a frente na implementação de projetos habitacionais com pressupostos novos em relação ao que vinha se fazendo no regime militar.

O carro chefe desta linha de pesquisa era



divulgar e analisar criticamente a própria experiência de HABI, agora do ponto de vista exclusivamente acadêmico, embora não neutro. O primeiro projeto foi a organização de uma grande exposição que foi inicialmente montada na Bienal de Arquitetura de São Paulo de 1993 – “Arquitetura e Habitação Social em São Paulo (1989-1992)”, realizada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC. Esta exposição foi montada em cerca de vinte cidades brasileira e seu catálogo esgotou-se rapidamente dado o enorme interesse que o trabalho gerou, sobretudo, porque tratava os projetos habitacionais como arquitetura, superando uma visão que se consolidou durante a produção do BNH, segundo a qual “habitação popular seria mera construção”.

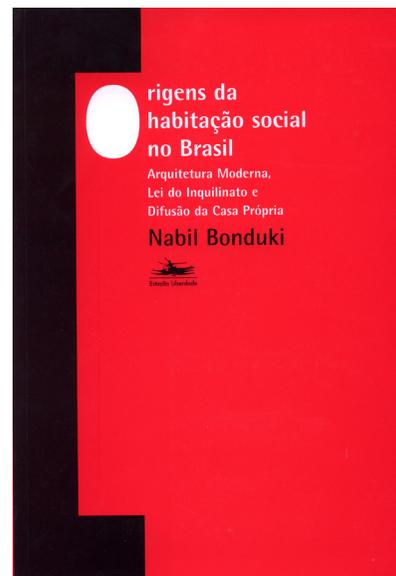
Além de inúmeros artigos, conferências, palestras, etc, pelo menos dois outros livros que organizei foram resultados desta linha de pesquisa: Habitat, publicação que reuniu os projetos habitacionais selecionados no Brasil com bem sucedidos para participar da 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, HABITAT 2, em Istambul, em 1996 (entre os quais estava a Programa de Mutirões Autogeridos promovido por HABI) e Habitar São Paulo, que reúne artigos que escrevi sobre os diferentes programas realizados por HABI. Pelo menos cinco dissertações que orientei na EESC tratam

de programas habitacionais desta fase “pós-BNH”.

Foi impossível reunir todas as referências, dissertações, trabalhos acadêmicos, teses, artigos e livros que foram escritos sobre a experiência de HABI, mas posso afirmar, de maneira um pouco aproximada, este número deve ser aproximar de mil, o que mostra a forte interlocução entre essa experiência e a universidade.

VIII ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

UMA TESE COM
DEZOITO ANOS DE
FÔLEGO [1980-1998]



Durante quatro anos, Nabil Bonduki liderou, juntamente com Ermínia Maricato e demais companheiros, a luta contra a crise habitacional que cronicamente afeta os moradores pobres de São Paulo. Isso se deu entre 1989 e 1992, quando Luiza Erundina era prefeita. Depois de lidar com o problema na prática, Nabil voltou à academia e produziu uma das mais notáveis análises históricas de como a capital paulistana 'tem resolvido' a questão do alojamento de sua vasta população carente. Não resta dúvida que o envolvimento político do autor com o objeto de sua investigação conferiu-lhe uma especial capacidade de discernir e compreender. A tese de doutorado, agora transformada em livro, desconstrói e reconstrói o discursos e a prática da política habitacional de forma original e instrutiva.

Paul Singer

Apresentação do livro "Origens da habitação social no Brasil, 1998

Comecei a pesquisar e escrever aquilo que acabou sendo a minha tese de doutorado, defendida em maio de 1995 e publicada

em livro três anos depois, em 1980, ainda como mestrado. É por isto que este trabalho é um documento vivo da minha trajetória acadêmica e de pesquisador. Quando comecei a pesquisa e escrevi o que, no livro, são os capítulos 1, 5 e 6, o trabalho era uma pesquisa que se aproximava dos trabalhos de história social que vinha sendo elaborados nos anos 1980 e que buscavam resgatar a formação da classe trabalhadora no Brasil, na seqüência da organização de arquivos como o de Edgard Leuenroth do ISCH da Unicamp. A pesquisa era um desdobramento da minha trajetória na área de ciências humanas que vem do final dos anos 1970 e que continuou a influenciar minha atividade acadêmica até me envolver mais profundamente com a história da arquitetura moderna, o que, como já dito ocorreu em São Carlos.

Entre 1979 e 1982, antes de me envolver no LabHab, passei muitas horas metido em arquivos, fuçando jornais antigos, re-



Com o arquiteto Carlos Frederico Ferreira, em frente à sua casa em Friburgo, novembro de 1994.

vistas e boletins, fotografias e plantas de vilas e cortiços e outros documentos sobre as cidades e suas várias crises de habitação. O objetivo principal do trabalho era identificar como se formou o padrão periférico de crescimento urbano, tema que tornava superimportante o estudo, que foi inédito, sobre a Lei do Inquilinato e seus efeitos sobre o mercado habitacional.

A dissertação estava encaminhada em 1982, tinha estudado tudo o que estava disponível, mas ainda não estava satisfeito com ela, quando comecei a me envolver de maneira cada vez mais profunda com os movimentos de moradia, laboratório de habitação e essa história já foi contada. O trabalho parou, mas, claro os manuscritos de três capítulos, redigidos à mão, ficaram guardados e muito bem guardados por cerca de doze anos.

Imagino o desespero do meu orientador quando eu disse que não ia entregar este trabalho como mestrado. Mas longe estava eu de desistir do que já havia feito. Ele virou tema do doutorado, só que em 1987 eu não era o mesmo de 1980, já há ano e meio em São Carlos, meu interesse pela arquitetura moderna cresceu enormemente. Como eu podia estudar as décadas de 1940 e 1950, sem observar o que estava se fazendo neste período em

termos de projetos habitacionais, era a pergunta que eu mesmo me fazia. Projetos que antes passavam pela minha frente e nada significavam, como o do Edifício Japurá, agora passaram a ter uma enorme importância.

A grande questão que tinha quando retomei a pesquisa em 1987/8 era como juntar a parte já escrita – um estudo de história social, economia política e mercado imobiliário – com uma nova pesquisa que começava a fazer sobre a arquitetura moderna nos conjuntos residenciais produzidos pelos IAPs, nos anos 1940, aqueles que Anapole Kopp havia me dito que eram tão importantes, uma causa dos arquitetos socialistas, e que Carlos Martins me disse que eu não podia deixar de pesquisar numa daquelas noites em São Carlos, em que os bares fechavam à meia noite e em que procurávamos links entre a habitação social e o movimento moderno. Estava com este problema na cabeça, quando na noite de 15 de novembro de 1988, Luiza Erundina venceu as eleições e interrompeu parcialmente o trabalho por mais quatro anos.

Em 1993, não tinha mais como adiar a resolução deste problema, Mas aí não era mais problema. Como afirmou Paul Singer: “o envolvimento político do au-

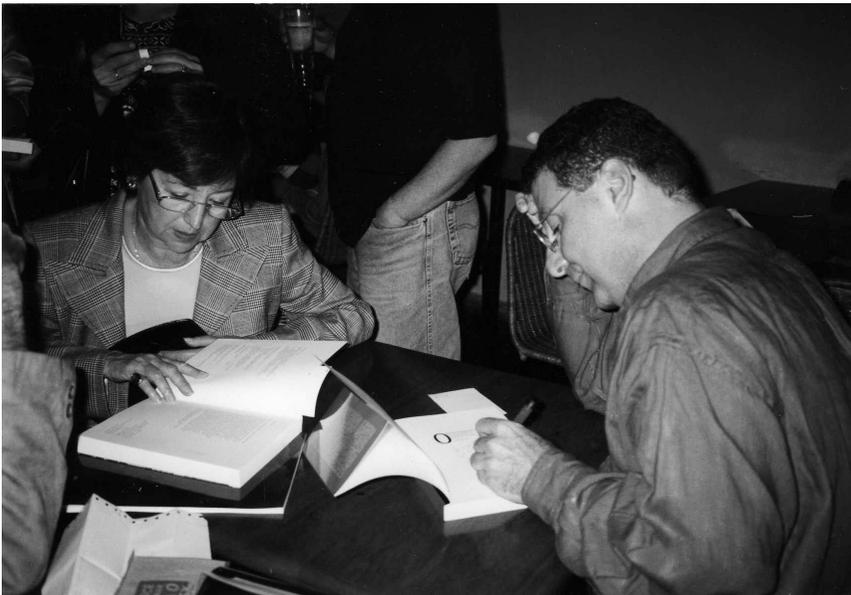
tor com o objeto de sua investigação conferiu-lhe uma especial capacidade de discernir e compreender". De fato, os quatro anos como gestão de um órgão de política habitacional, a experiência na coordenação de mais de uma centena de projetos em diferentes contextos urbanos, a reflexão sobre o que era uma política de habitação social, entre a produção formal e a informal, me deram condições de entender que o que estava em jogo nos anos 1940 era a transformação da habitação em uma questão social, com o mercado se retirando, o Estado formalmente assumindo o enfrentamento do problema, mas efetivamente deixando para a população resolvesse por sua própria conta.

A análise se amarrava com a análise do projeto nacional desenvolvimentista que se viabilizou concentrando o capital dos setores estratégico e rebaixando o custo de reprodução da força de trabalho. A habitação cumpriu o papel de viabilizar este rebaixamento, por um lado, através de uma pequena produção de grande qualidade, orientada pelos pressupostos do movimento moderno, para os setores mais privilegiados da classe trabalhadora, e, por outro, através do congelamento dos aluguéis, que reduziu o interesse do mercado pela produção de moradias

populares. A difusão da casa própria autoconstruída, foi uma consequência do processo, facilitada pela legislação do Estado Novo, que deu segurança para a compra de lote a prestação.

Não seria capaz de desenvolver a análise presente em "Origens" sem ter tido a experiência de gestão habitacional que HABI propiciou, inclusive no que se refere à análise dos projetos; menos ainda, sem o ambiente intelectual que São Carlos propiciou, com a ênfase na revisão da historiografia da arquitetura moderna brasileira.

Todo produto intelectual é resultado do contexto em que é produzido. "Origens" revela para um leitor atento que atravessa seus sete capítulos, os dezoito anos que levou a sua elaboração, com as idas e vindas e o trânsito entre diferentes disciplinas. Ele é essencialmente uma análise interdisciplinar que expressa o trânsito entre várias áreas das ciências humanas. Embora sua repercussão maior seja na área de história da arquitetura e urbanismo, em especial o capítulo 4, ele traz consigo, no seu DNA, o longo processo de maturação daquele que continuo considerando o principal item da minha produção científica.



Assinando o livro Origens para a Professora Maria Ruth Sampaio.

IX CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO EM SÃO CARLOS

FORMANDO
PESQUISADORES
[1995-2001]



No Rio de Janeiro, com as estudantes de arquitetura da EESC, Nilce e Salua, entrevistando o arquiteto Flávio Marinho Rego, autor do Conjunto Residencial Deodoro.

Nesse momento, frente a Carlos Frederico Ferreira, de 88 anos, o arquiteto de Realengo (...) que havia coordenado o setor de arquitetura do IAPI até 1966 e depois desaparecido, como tantos outros, da história da arquitetura brasileira, ficou claro que aquilo não teria mais fim. Era necessário concluir (...) esta pesquisa sobre as origens da habitação social no Brasil e finalizar o doutorado que deu origem a este livro. Para, em seguida, investigar e registrar sistematicamente, antes que desapareça totalmente, a enorme e desconhecida produção de habitação social e arquitetura realizada antes do BNH, tarefa apenas iniciada neste livro.

Nabil Bonduki

Apresentação do livro *Origens da Habitação Social no Brasil*, 1998

Entre os inúmeros aspectos tratados no "Origens", o que ganhou mais repercussão, na área da arquitetura e urbanismo, foi a revelação do ciclo de projetos habitacionais desenvolvidos pelos Institu-

tos de Aposentadoria e Pensões e outros órgãos atuantes no período.

Até então praticamente desconhecidos pela historiografia da arquitetura brasileira, com exceção dos famosos conjuntos residenciais projetados por Affonso Eduardo Reidy, os projetos surpreenderam por sua qualidade urbanística e arquitetônica e por introduzirem questões fundamentais para o enfrentamento massivo do problema da habitação, como a produção seriada, a estandarização e a préfabricação, que foram incorporados nas propostas desenvolvidas no país como uma repercussão do ideário moderno, em particular das teses formuladas no âmbito do CIAM. O interesse sobre esta faceta da análise foi bastante expressivo, sobretudo, porque a qualidade dos projetos habitacionais deixou de ser um aspecto relevante no período seguinte, o da massiva produção financiada pelo Banco Nacional de Habitação, criado em 1964. Este aspecto ganhava maior importância frente a necessidade de reintroduzir essa preocupação numa

nova política habitacional.

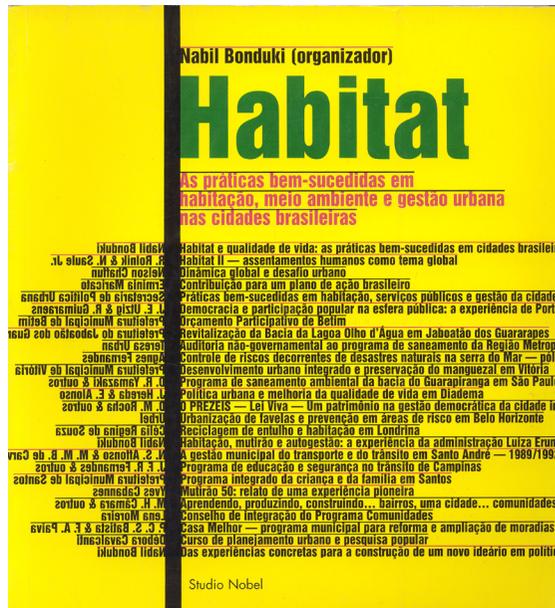
No entanto, com já foi dito, “Origens” não se resumia nem pretendia fazer uma análise aprofundada destes conjuntos residenciais, mas identificar como o Estado interveio na questão habitacional no contexto da construção de um projeto de desenvolvimento para o país. De caráter eminentemente interdisciplinar, a tese envolvia, além de uma reflexão inovadora no âmbito da história da arquitetura e urbanismo, análises de economia política, sociologia e história social sobre diferentes aspectos dos processos tratados, que iam muito além da produção habitacional.

Por esta razão, o levantamento da produção habitacional do período não foi exaustivo em “Origens” e análise foi desenvolvida a partir de um número relativamente pequeno de empreendimentos, embora fossem os mais significativos do ponto de vista dos projetos arquitetônicos. A investigação realizada até aquele momento era suficiente para desenvolver as hipóteses daquela tese, em especial, o papel da habitação no âmbito da política de redução do custo de reprodução da força de trabalho e de proteção aos trabalhadores com carteira assinada e a importância deste ciclo de conjuntos residenciais para a arquitetura moderna brasileira. No entanto, era necessário um aprofundamento substancial da investigação para

que se pudesse chegar a conclusões mais definitivas sobre o que foi a ação estatal na questão da habitação no período que antecedeu a criação do BNH e sobre quais seria sua contribuição para o aperfeiçoamento da política habitacional brasileira.

Para enfrentar com maior profundidade este objeto, propus nova investigação cujo principal objetivo era realizar um levantamento completo dos empreendimentos habitacionais realizados por órgãos estatais no período de 1930 e 1964. Esta pesquisa se tornou para mim uma oportunidade para me inserir plenamente na pós-graduação de São Carlos, que se ampliou enormemente a partir de 1993, como resultado de esforço institucional de formação dos quadros docentes. Mas, sobretudo, para formar um grupo de pesquisa com outros pesquisadores da área de história do urbanismo, em especial, os professores Carlos Roberto Monteiro de Andrade e Sarah Feldman, além de estudantes de graduação e pósgraduação e de me articular com pesquisadores de outros centros, em particular, com o grupo de pesquisa coordenado pela professora Maria Ruth Sampaio, da FAU-USP.

Com estes pesquisadores, apresentamos um Projeto de Pesquisa Temático para a FAPESP – “Habitação Econômica e Arquitetura Moderna no Brasil (1930-1964)”, onde cada pesquisador ficou responsável





Com Carmen Portinho, na exposição de Reidy na Bienal de Arquitetura de São Paulo, 2000.

por uma parte da pesquisa, cabendo-me investigar a "Produção Pública de Habitação Econômica".

Com essa base, formei um grupo de estudantes da graduação do curso de arquitetura da EESC, que começou a desenvolver projetos de pesquisas de iniciação científica que continuaram no mestrado e, alguns, como Nilce Aravecchia e Saúia Manoel, estão agora finalizando o doutorado. Trata-se de um trabalho que considero da maior importância para o processo de formação de pesquisadores. A tese que acompanha este Memorial é o resultado mais importante deste processo de pesquisa iniciado em 1997 em São Carlos e que teve continuidade com a minha transferência para a FAU, consolidada em 2005. No Volume 3, é possível observar o avanço deste grupo de jovens pesquisadores, todos coautores.

Entre 1997 e 2001, este grupo de pesquisadores, sob minha coordenação, iniciou o levantamento de campo e documental da produção habitacional do período, ao mesmo tempo em que elaboraram projetos de pesquisa específicos de iniciação científica. Assim, foram nascendo interesses específicos, sobre arquitetos (Carlos Frederico Ferreira, Rubens Porto, Eduardo Kneese de Melo), órgãos promotores de habitação (Fundação da Casa Popular, Departamento de Habitação Popular do

PDF) e projetos (Realengo, Japurá, etc); foi neste rico processo de formação de pesquisadores que nasceu "Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil", que acaba se finalizar.

Embora a reflexão que gerou esta pesquisa buscasse mostrar que a produção habitacional do período ia muito além dos famosos conjuntos projetados por Affonso Eduardo Reidy, a pesquisa acabou retornando a eles. Em 1998, fui convidado para montar uma pequena exposição e ministrar palestras em Londres sobre duas obras desse arquiteto, Pedregulho e MAM. Daí foi um passo para a ampliação da pesquisa sobre toda a obra do arquiteto, nunca antes sistematizada, com o objetivo de editar um livro da Série Arquitetos Brasileiros e uma grande exposição que foi montada na Bienal de Arquitetura de 1999 e no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 2000.

A investigação sobre Reidy me deu a oportunidade de conviver intensamente com Carmen Portinho, uma engenheira de 95 anos, que abriu sua casa, arquivos e coração para garantir que a obra de seu companheiro pudesse ser registrada e publicada.

A outra linha de pesquisa, voltada para o estudo dos programas habitacionais do "pós BNH", teve continuidade, articulando

pesquisa acadêmica, formulação de políticas públicas e atuação política.

Nesta linha, organizei uma publicação sobre programas urbanos selecionados como experiências bem sucedidas para representarem o Brasil no HBITAT 2, realizado em Istambul. Foi uma oportunidade para mostrar que no Brasil vinha se desenvolvendo experiências de políticas urbanas sob novos paradigmas.

Este trabalho de pesquisa foi acompanhado de outros de extensão, como o Plano de Habitação de Franca, uma consultoria para a FIPE sobre cortiços e um grande projeto de avaliação dos programas habitacionais, contratado pelo Conselho

Curador do FGTS (Formulação de uma Metodologia de Avaliação dos Programas financiados pelo FGTS).

Já o Projeto Moradia merece ser destacado como exemplo desta trajetória entrelaçada entre pesquisa e política. Promovido pelo Instituto Cidadania, sob coordenação de Luis Inácio Lula da Silva, incluiu um estudo sobre a situação habitacional no Brasil, uma sistematização das idéias desenvolvidas pelos diferentes segmentos sociais e uma proposta de política habitacional para o país. O projeto se tornou o programa que levou à criação do Ministério das Cidades, em 2003 e a formulação da política habitacional do governo a partir de 2005.

X VEREADOR SEM PERDER A LINHA

[2001-2004]



Na campanha de 2000, com Angela Amaral e Lenir.

Em 1999 tem início na Câmara Municipal de São Paulo o processo que ficou o episódio que ficou conhecido como “Máfia dos Fiscais”. Uma CPI corajosa presidida pelo então vereador José Eduardo Martins Cardozo, promoveu uma razoável limpeza ética na Câmara Municipal. Vivia-se os tempos do prefeito Celso Pitta, fim de feira do seu ex-chefe Paulo Maluf. Com a cidade abandonada, era enorme o desânimo que tomava conta dos paulistanos. Levantamento de opinião indicava que 68% da população deixaria a cidade se pudesse.

A CPI levantou o tapete onde muita sujeira estava acumulada: cinco vereadores foram cassados, vários foram presos e muitos que sobraram estavam politicamente destruídos. Vivia-se um clima de renovação e de instauração de um novo tempo na administração municipal e na Câmara Municipal.

Somente este contexto pode explicar a minha candidatura e eleição a vereador em 3 de outubro de 2000, com mais de

vinte mil votos. A candidatura somente foi decidida no final de abril, quando todos os candidatos já estavam com a campanha na rua. A demora para decidir assim como o pouco tempo para fazer campanha foi consequência do envolvimento com outras atividades: o livro e exposição sobre Reidy, finalizado em março de 2000, o Projeto Moradia, que foi concluído em maio de 2000, a coordenação do projeto de Formulação de uma metodologia de Avaliação dos Programas de Aplicação dos Recursos do FGTS, realizada por uma grande equipe que envolvia inúmeros docentes do Departamento de Arquitetura da EESC, que atravessou os anos de 1999 e 2000 e as inúmeras atividades de docência e orientação em São Carlos.

Sem dúvida, é muito difícil conciliar atividades acadêmicas e profissionais com as políticas, em particular, de caráter eletivo. Mas minha trajetória mostra que isto é possível; a campanha de 2000 e o meu mandato de vereador são exemplos de que esse entrelaçamento pode ser muito



Acima, lançamento da campanha em 1994, no Sindicato dos Arquitetos, com Raquel Rolnik, Caracol e Clara Ant. No centro, com Erundina, Genuíno, Eduardo Jorge, Suplicy e Marta. Abaixo, na campanha de 2000, com José Edurado Cardoso e Zilah Abramo.

proveitoso e enriquecedor, além de permitir o desempenho de uma função – a legislativa – que é essencial para a democracia, apesar de estar tão desgastada e desqualificada, por pessoas que não sejam políticos profissionais.

Apesar de desgastante e difícil, uma campanha de vereador em uma cidade como São Paulo, com mais de sete milhões de eleitores pode ser um processo interessantíssimo de observação urbana e de formação política. Aproveito este momento para falar não apenas da campanha de 2000, mas das cinco campanhas que fiz para cargos eletivos, uma para deputado estadual (1994) e as demais (1996, 2000, 2004 e 2008) para vereador.

Nestas campanhas fiz centenas de palestras, debates, reuniões com grupos de pessoas, visitas a bairros, locais de trabalho, sindicatos, associações e movimentos, que infelizmente não estão relacionadas neste Memorial dentre as atividades realizadas porque não estão sistematizadas, nem documentadas e exigiria uma longa pesquisa. Mas poderiam estar pois também podem ser entendidas como atividades de formação, além de serem uma oportunidade de conhecer situações urbanas concretas, de grande proveito para um pesquisador em urbanismo. Não tenho nenhuma dúvida de dizer que uma campanha eleitoral séria é

um extraordinário processo de formação de pessoas para a cidadania e de conhecimento que as pesquisas acadêmicas não são capazes de captar.

Um resultado concreto da campanha eleitoral de 2000 foi o surgimento de um espaço de debates e formação que se desdobrou em uma associação da sociedade civil e que se tornou uma referência de um jeito de fazer política não convencional: a “casa da (rua) rodésia”, que se transformou, em 2005, na Associação Casa da Cidade.

Este espaço nasceu meio por acaso e foi construído através de um processo coletivo. Em 2000, um grupo de universitários se reuniu em torno da candidatura e montou uma série de reuniões com intelectuais para debater temas, relacionados com o programa eleitoral, capazes de mobilizar outros jovens progressistas. Os debates, realizados na casa, reuniram centenas de jovens que ouviram, por exemplo, Marilena Chauí falar sobre “Ética na Política”, Chico de Oliveira sobre “Reforma Universitária” e Francisco Witacher sobre descentralização e participação na prefeitura.

O espaço se tornou multiuso e outros jovens montaram eventos culturais, com apresentação de dança e teatro. As festas mobilizaram centenas de pessoas e a casa



Debates na antiga casa da Rodésia, hoje Associação Casa da Cidade.

foi se convertendo em uma referência de uma forma de fazer política que, se esperava, poderia ser alternativa exatamente em um momento que a renovação da Câmara se tornou uma necessidade. Com a vitória eleitoral, a casa se manteve, tinha se tornado um símbolo; foi um instrumento fundamental para fazer um mandato em permanente processo de diálogo com os eleitores.

Na “casa da rodésia” se reuniram administradores públicos, técnicos, políticos, intelectuais e militantes do movimento sociais para debater os mais importantes temas que fizeram parte da pauta da Câmara Municipal no fértil período entre 2001 e 2004, que alterou a estrutura institucional da prefeitura de São Paulo. Fora o plano diretor estratégico e regionais, que relatei e elaborei o substituto a partir de mais de uma centena de audiências públicas em todas as regiões da cidade e que mereceu inúmeros debates de aprofundamento na casa, foram debatidos temas como a criação das Subprefeituras, a reformulação do sistema de transporte coletivo (que criou o bilhete único), a reforma tributária (que gerou o imposto progressivo por valor do imóvel), a criação da taxa do lixo, a alteração da Lei Orgânica do Município que flexibilizou a utilização da verba de educação, a proposta do Centros Educacionais Unificados (CEU’s), diversos temas na área de cultura, juven-

tude, meio ambiente e habitação.

A partir destes debates e de audiências públicas foram firmadas posições sobre temas em debate no legislativo, buscando superar a dicotomia presente no parlamento, onde a situação vota sempre a favor e a oposição contra. O aprofundamento do conhecimento técnico, possibilitado pela presença de uma assessoria técnica altamente qualificada no meu gabinete, complementada pela contribuição de inúmeros outros profissionais e militantes que colaboraram voluntariamente no mandato, combinado com uma ativa participação política permitiu conceber propostas alternativas que puderam aperfeiçoar os projetos de lei em discussão. Em quase todos os projetos de leis relevantes do executivo pudemos elaborar substitutivo ou emendas, que quando incorporados geraram aperfeiçoamentos importantes.

Não fomos bem sucedidos em muitos casos: em várias situações, a combinação de interesses econômicos e políticos impediu que as melhores propostas para a cidade e a justiça social pudessem ser aprovadas. Foi o caso, por exemplo, da lei da Operação Urbana Águas Espraiadas, a lei de regulamentação das antenas de celular, a lei de regulamentação da paisagem urbana (que disciplinaria a publicidade exterior, como os outdoors) e a lei que flexibilizou a lei do ruído, beneficiando

os templos religiosos.

Caso especial foi as relatorias do Plano Diretor Estratégico, dos 31 planos regionais e da lei de uso e ocupação do solo, que foram, indiscutivelmente, os projetos mais importantes em que me envolvi na Câmara. Tratava-se de viabilizar a implementação, na maior e mais rica cidade do país, dos vários instrumentos para fazer valer a função social da propriedade, previstos no Estatuto da Cidade, aprovado em 2001 e que apenas poderiam ser colocados em vigor através do Plano Diretor.

As dificuldades para se aprovar um plano diretor em São Paulo são enormes, pois os interesses em jogo são muito fortes e contraditórios. A rigor, nunca um plano diretor havia sido aprovado na Câmara Municipal, pois o único votado, em 1971, ocorre durante o momento mais fechado da ditadura militar, quando os opositores estavam praticamente banidos, a sociedade civil amordaçada e os meios de comunicação sofrendo forte repressão e censura.

O desafio era ainda maior frente ao fato de que o plano diretor propunha criar instrumentos que desafiavam o direito de propriedade, reduzindo o potencial construtivo gratuito, introduzindo o solo criado, o imposto progressivo no tempo para imóveis ociosos e as Zonas Espe-

ciais de Interesse Social, entre outras propostas progressistas. Objetivamente estava em jogo a continuidade do longo processo de implementação das propostas de reforma urbana que começamos a debater em 1987, no processo constituinte ao propor a Emenda de Iniciativa Popular da Reforma Urbana. A importância da aprovação de um plano diretor avançado em São Paulo, no ano seguinte à aprovação do Estatuto da Cidade, era enorme frente ao potencial de repercussão que a cidade tem no país.

Era isto que estava em jogo quando na noite do dia 20 de agosto de 2002, em que o projeto deveria ser votado, o líder do governo, acompanhado de alguns vereadores, propôs a inclusão de emendas pontuais de mudança do zoneamento como condição para que o substitutivo do Plano Diretor fosse votado. Não é o caso de se estender neste texto sobre o intrincado jogo de interesses econômicos e políticos que estava por detrás deste que foi o caso de maior desgaste que sofri nos quatro anos de mandato, que se desdobrou em isolamento e perseguição. O importante é que o Plano Diretor foi aprovado, com todos os instrumentos de reforma urbana, e que todas as emendas espúrias de zoneamento foram vetadas. A experiência mostrou, uma vez mais, como o planejamento urbano está intrinsecamente vinculado ao processo político.



Entrega do Título de Cidadão Paulistano para Zé Celso, na Câmara Municipal de São Paulo.

Em outras discussões amplas e abertas realizadas na Câmara Municipal, em espaços como a Comissão de Estudos de Habitação no Centro, a Comissão Extraordinária da Juventude, na CPI das Áreas Públicas e de Contaminação do Subsolo e em vários seminários sobre política cultural, nasceram propostas que se transformaram em Projetos de Lei, com um significativo impacto. Se minha experiência anterior em urbanismo e habitação me levou a ser um vereador “especializado” neste tema, foi na área da política de cultura e juventude que mais aprendi e mais pude desenvolver projetos criativos, em um amplo processo de participação com entidades, como foi a criação do VAI, do incentivo aos cinemas de rua e do fomento à dança. Infelizmente o Projeto de Lei que propunha a criação do Sistema Municipal de Apoio à Cultura não foi votado.

De todos estes projetos, o que gerou maior impacto foi o VAI – Programa de Valorização de Iniciativa Culturais, criado por lei de minha autoria a partir de um longo processo de trabalho na Comissão da Juventude, que presidi por dois anos. Nessa comissão, pudemos destrinchar de maneira minuciosa a situação dos jovens no início dos anos 2000 em São Paulo

(publicada no caderno Um ano de juventude na Câmara), quando ainda inexistia uma política pública voltada para a juventude na cidade, e identificar ações que deveriam ser implementadas pela prefeitura. A ausência de apoio a projetos culturais desenvolvidos por jovens na periferia e o grande potencial existente foi claramente identificado e o VAI nasceu desta constatação. Até hoje, cerca de quinhentos projetos já foram apoiados pelo programa, que se tornou uma referência entre os grupos culturais juvenis.

O entrelaçamento entre o mandato de vereador e a atividade universitária evidenciou-se fortemente em projetos considerados normalmente pelos avaliadores do trabalho parlamentar como iniciativas de baixo impacto: a concessão de honorários, como a Medalha Anchieta e Título de Cidadão Paulistano. Buscamos fazer deste tipo de evento, simultaneamente, uma homenagem, uma reflexão sobre a obra do homenageado e um apoio a luta que ele vinha desenvolvendo na cidade ou no país.

Foi assim que a entrega do título de Cidadão Paulistano para o diretor de teatro Zé Celso se transformou em um evento midiático contra a instalação de um shopping center ao lado do Teatro Oficina,



De costas, com Chico de Oliveira, na entrega do seu Título de Cidadão Paulistano com o Auditório da História na USP lotado: de uma atividade parlamentar de baixo impacto à três dias de seminário sobre "A tarefa da crítica".

com a peça "As bacantes" sendo representada no plenário da Câmara, tendo os vereadores como protagonistas, enquanto que a homenagem ao sociólogo Chico de Oliveira, que acabava de se desligar do PT, foi precedida de um seminário com o título "A tarefa da crítica", com inúmeros intelectuais falando sobre a sua obra, posteriormente transformada em livro. Já a homenagem a Oscar Niemeyer, também precedida de uma exposição e de um livro sobre sua obra em São Paulo, se relacionou com as dificuldades para a construção do auditório de sua autoria no Parque do Ibirapuera.

As publicações que foram feitas durante o mandato, como cartilhas, boletins e cadernos de registro das atividades das comis-

sões mais relevantes, assim como a forte utilização das mídias digitais mostraram o esforço de estabelecer uma comunicação entre a ação parlamentar e a população da cidade.

O mandato na Câmara Municipal de São Paulo, para além do seu caráter legislativo, foi para mim uma verdadeira pesquisa participante de como é gerida a cidade. Como toda a legislação urbanística passa pela Câmara, conhecer de forma profunda a maneira como ela é concebida e discutida foi uma oportunidade excepcional para um pesquisador urbano.

XI DE NOVO NA FAU E MASCATEANDO PELO PAÍS

[2005-2010]



Na antiga praça da Vila das Cozinheiras, no Bairro de Santo Amaro, em Recife, com filhos e netos das antigas moradores, novembro de 2007.

Continuar em São Carlos tornou-se cada vez mais difícil frente às atividades políticas em São Paulo e a necessidade de rápidos deslocamentos para atender convites de palestras em várias cidades brasileiras. Não queria me licenciar e, como na época de HABI, continuava dando aulas em um momento de forte carência de docentes no Departamento de Arquitetura da EESC, mas meu envolvimento estava ficando cada vez menor. Meus últimos orientandos de mestrado (no total foram dezesseis) defenderam suas dissertações neste período (2001-4), mas fui chamado a orientar no doutorado, aberto a partir de 2003.

Na verdade, já estava fortemente inserido no ambiente político e no debate urbano que acontecia em São Paulo. As discussões que promovia na Câmara Municipal se relacionavam com as questões que cotidianamente estavam na boca dos alunos e professores da FAU, ao contrário do que acontecia em São Carlos, onde as preocupações principais eram outras e

o debate paulistano não estava tão presente. Não tinha sentido continuar em São Carlos sem um real envolvimento, quando poderia contribuir muito mais na FAU, abrindo espaço em São Carlos para um pesquisador mais jovem, que teria melhores condições e maior disponibilidade para participar do projeto institucional do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, que exigia muito mais dedicação, inclusive devido ao pequeno número de docentes. Mas não foi sem sofrimento que tomei essa decisão.

Assim, na mesma época em que estava fazendo a relatoria do Plano Diretor Estratégico, em 2002, prestei concurso para a sequência de Planejamento do Departamento de Projetos da FAU. Tratava-se de voltar para o lugar de onde se deu todos os momentos da minha formação (graduação, mestrado e doutorado) e de trazer para o ambiente universitário de maneira mais forte a experiência que vivenciava entre urbanismo e política.

Minha transferência para a FAU gerou

três mudanças que considero fundamentais para essa nova etapa: a inserção em disciplinas de planejamento urbano (em São Carlos sempre fui docente na área de história de urbanismo); uma maior relação entre as atividades de extensão e consultoria, em especial as relacionadas com planos diretores e habitacionais, com o ensino e a docência, voltada para a prática do planejamento; a possibilidade articular o debate urbano e habitacional decorrente das minhas atividades políticas com o espaço acadêmico.

A continuidade deu-se pelo lado da pesquisa, pois a investigação sobre a produção pública de habitação iniciada em São Carlos foi desdobrada e gerou a tese de livre docência que acompanha esse memorial. Posso dizer que o projeto “Pioneiros de Habitação Social no Brasil”, embora finalizado na FAU, guarda no seu DNA os quase vinte anos de vivência na arquitetura da EESC. É fundamentalmente uma tese de história da arquitetura e urbanismo, herda o debate sobre a arquitetura moderna brasileira que foi o foco das investigações em São Carlos e agregou um grupo de pesquisa que tem com base estudantes de graduação e pós-graduação da EESC, embora os novos bolsistas de iniciação científica que se integraram nos últimos anos sejam da FAU.

Já minha outra linha de pesquisa, voltada

para o estudo e consultoria em política habitacional e urbana, pode se desenvolver e ampliar muito mais na FAU. Minha inserção no Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos permitiu o desenvolvimento de vários outros projetos de pesquisa e trabalhos de extensão, envolvendo docentes, pesquisadores e estudantes vinculados à FAU, onde o ambiente de debate permitiu um aprofundamento que em São Carlos era menos forte. O Lab-Hab, além de ser um núcleo de pesquisa, também atua e contribui para o debate político da cidade e do país, posicionando-se, como uma entidade acadêmica, nos vários temas polêmicos que envolvem a garantir do direito à cidade e à habitação. Dando suporte técnico às essas lutas, situa-se como um centro onde a minha atuação entrelaçada entre pesquisa, formação e política pode ser vivida de forma plena.

Por outro lado, a inserção nas disciplinas de Planejamento, em nível de graduação e pós-graduação permitiu aproximar o ensino com minhas atividades de formulação de políticas públicas e política. Não foram poucas as vezes em que experiências concretas vividas na Câmara Municipal na elaboração da legislação urbanística, com a inevitável participação dos agentes imobiliários, tornavam-se assunto dos debates em aulas, onde pude ainda compartilhar a companhia de profission-

ais que foram referências importantes na minha formação de planejamento, (e que se aposentaram nestes últimos anos), como Candido Malta, Luiz Carlos Costa, Wilson Jorge e Ermínia Maricato).

Neste período, que pode ser definido como de maturidade intelectual e acadêmica, minha atividade se abriu em leque, assumindo a coordenação de vários trabalhos de pesquisa e extensão, além da continuidade da atuação política.

No eixo de pesquisas, além dos "Pioneiros da Habitação Social no Brasil", cujos resultados estão sistematizados na tese de livre docência, dei início a duas novas investigações que representaram a ampliação da minha inserção como pesquisador para além dos estudos já clássicos sobre a habitação social.

A primeira foi uma reflexão sobre a atuação do Programa Monumenta (vinculado ao IPHAN e ao Ministério da Cultura), denominada "As intervenções urbanas em Núcleos Históricos", que me possibilitou conhecer um grande número de cidades históricas em todo o país, estudar seu processo de formação histórica e urbana e avaliar um programa público onde a preservação do patrimônio e o desenvolvimento urbano devem estar articulados. O trabalho, que foi finalizado com um livro que está em publicação pelo IPHAN,

representou para mim uma grande oportunidade para retomar a reflexão sobre a história do urbanismo no Brasil, tema que foi, nos vinte e cinco anos que antecederam meu ingresso na FAU, objeto das disciplinas que ministrei. Ao contrário dos outros trabalhos de pesquisa e extensão que coordenei, que foram realizados com equipes de estudantes, este trabalho foi mais solitário, um pouco à moda antiga.

A outra investigação se relaciona com a trajetória de estudo e proposição em política urbana, na perspectiva de aperfeiçoar os instrumentos urbanísticos relacionados com a reforma urbana. Num estudo apoiado pelo Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP e realizado em parceria com algumas prefeituras do interior do Estado de São Paulo e com o Instituto Polis, cujos técnicos assumiram grande parte do levantamento de campo, voltamos os olhos para o processo de expansão das cidades nas áreas periurbanas, visando conhecer os mecanismos que geram o preço da terra e encontrar instrumentos capazes de recuperar a mais-valia (valorização imobiliária) gerada pela transformação das zonas rurais em urbanas. Esta pesquisa busca oferecer base para novas proposições a serem incorporadas nos planos diretores e em uma política ainda inexistente no país de controle e planejamento em novas bases do processo de expansão, de

grande atualidade frente ao boom imobiliário gerado pelos investimentos público em habitação.

Esta pesquisa e toda a atividade didática na FAU vincula-se à uma nova etapa de planejamento urbano no Brasil, a partir do Estatuto da Cidade. Assim, no eixo de atividades voltadas à extensão universitária, pude participar de muitas frentes de trabalho ligadas ao que considero um novo ciclo de planejamento urbano, desde as oficinas de capacitação promovidas pelo Ministério das Cidades até consultorias para planos diretores e de habitação de Interesse Social em vários municípios como Santo André, Taboão da Serra, Nova Iguaçu, Salvador e Carapicuíba.

Como já disse, entendo que ser difícil ensinar planejamento urbano sem vivenciar situações concretas e por isto mantive de forma quase contínua algum trabalho de consultoria, envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação, tendo por base o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, em alguns casos em parceria com o Instituto Via Pública. A elaboração de planos urbanos permite conhecer a fundo cidades e processos urbanos específicos, que geram excelentes materiais didáticos e uma experiência indispensável para uma atividade de ensino consistente.

A metodologia que foi desenvolvida nesse novo ciclo de planejamento está baseada não apenas nos tradicionais diagnósticos urbanos, leituras técnicas dos diferentes aspectos que interessam aos planos, mas ainda uma leitura participativa, que permite ouvir e conhecer os diferentes olhares e pontos de vista dos atores que atuam na cidade. Esta experiência, somada a que foi adquirida na elaboração dos substitutivos do Plano Diretor Estratégico, dos planos regionais e lei de uso e ocupação do solo de São Paulo, realizados na Câmara Municipal, foi fundamental para embasar as disciplinas de planejamento urbano que passei a ministrar na Fau.

Dos trabalhos de consultoria realizados neste período, o de maior expressão e repercussão foi o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), realizado entre 2007 e 2009, em um consórcio entre o Lab-Hab e o Instituto Via Pública, OSIP voltada à formulação de políticas públicas. Ao mesmo tempo em que voltava os olhos para a construção de um memória dos pioneiros da habitação social coordenei a equipe técnica da consultoria encarregada de pensar como implementar a nova política habitacional brasileira nos próximos quinze anos. De caráter eminentemente interdisciplinar, envolvendo aspectos de dife-

rentes disciplinas (demografia, economia, urbanismo, gestão pública, arquitetura e engenharia, etc.), este trabalho teve tanto uma perspectiva de investigação como de proposição, cujo objetivo foi gerar uma estratégia para equacionar até 2023 as necessidades habitacionais do país.

Ainda é cedo para avaliar o quanto do que foi proposto no PlanHab será efetivamente implementado. Até o momento, algumas das ações recomendadas foram para frente, mas outras estão ainda no papel. Frente ao fato de que no Brasil, infelizmente, o planejamento e o interesse público muitas vezes é superado pela emergência, imediatismo, interesses corporativos e loteamento político, teme-se que boa parte das propostas que fariam deste plano um instrumento para garantir o direito a habitação e à cidade fiquem no papel. O que apenas reforça minha certeza de que a atuação política é indispensável para quem atua em planejamento urbano.

A experiência adquirida com a elaboração do PlanHab abriu as portas para uma nova perspectiva de trabalho: a cooperação internacional, em particular com os países africanos. A partir de 2008, recebi convites para colaboração com as políticas nacionais de habitação de Angola, Moçambique

e Cabo Verde. Estes estudos permitiram conhecer uma nova realidade urbana e habitacional, associando a consultoria técnica com uma investigação urbanística. Em particular, o trabalho em Moçambique gerou um convênio de cooperação internacional que envolve a FAU-USP e os governos brasileiro e moçambicano, que deve se desdobrar em uma nova frente de pesquisas.

Enquanto tudo isto acontecia, em 2005, a “casa da rodésia” foi transformada em Associação Casa da Cidade, um espaço aberto para o debate e formação em políticas públicas. Nestes anos, cerca de uma centena de eventos entre debates, cursos, eventos culturais e encontros foram promovidos na “Casa”. Reunindo técnicos, gestores públicos, militantes de associações de moradores e movimentos sociais, este espaço permitiu o aprofundamento de uma série de assuntos relacionados com políticas públicas, se tornando uma referência de um debate político fortemente relacionado com a reflexão técnica e acadêmica. Além da presidência da Casa da Cidade, no que se refere à atuação em entidades profissionais e acadêmicas, foi convidado para a diretoria da ANPUR e, entre outras atividades, representei esta entidade no Conselho Nacional das

Cidades. Representei, ainda, o Sindicato dos Arquitetos no Conselho Municipal de Habitação de São Paulo.

Mascateando pelo país

Diz a lenda familiar, que em 1898, Jubran Banduk, logo com o nome traduzido para Gabriel Bonduki, então com dezesseis anos, pegou o trem em Santos e, chegando a São Paulo, encontrou-se conhecidos de Homs, já estabelecidos no comércio da cidade, de quem recebeu uma mala cheia de mercadorias que levava para o interior do Estado. Ia e vinha de trem, vendendo produtos simples para os colonos das fazendas de café. Com isto, foi juntando um dinheirinho, que virou um dinheirão, até se estabelecer no comércio e indústria da 25 de Março e falir na crise de 1929. Assim fez a América.

A mala dele, certamente, não tinha

rodinhas e era bem mais pesada que a minha. Mas quando percorro os aeroportos e estradas pelo país, com o notebook, a máquina fotográfica, livros e cadernos, lembro-me da sua estória e como mascateio de forma diferente: na ida preparando palestras e estudos, nos lugares convencendo os ouvintes a “comprar” minhas ideias sobre como intervir nas cidades ou explicando o que estou fazendo em lugares nunca antes pesquisado e na volta copiando fotos e escrevendo relatórios sobre o que observei e visitei.

Mesmo com uma agenda carregada de atividades, somada a uma multiplicação inquantificável de convites para palestras e conferências em cidades de todo o país, nunca abri mão de ir pessoalmente fazer levantamentos de campo e visitas nas pesquisas em que estava mais envolvido, sobretudo nos “Pioneiros” e nos núcleos históricos. Entre 2005 e 2010, visitei vinte cidades históricas para avaliar o Programa

Monumenta e dezenas de conjuntos residenciais em quase trinta cidades brasileiras para levar levantamento de campo e fotográfico.

Com a experiência que adquiri com o Janjão, há mais de trinta anos, dava um jeitinho com os moradores e entrava nas suas casas para desenhar a planta, usando muitas vezes o passo para medir o espaço. Com a experiência do trabalho parlamentar, pude convencer vários líderes “das comunidades” que fotografar um conjunto residencial no subúrbio do Rio de Janeiro, “tomado pelo tráfico”, não iria prejudicar seus negócios.

As fotos e os vários dos textos que estão nos “Pioneiros” e no livro que ainda não

saiu sobre as cidades históricas foram feitas assim, nestas viagens onde foi possível combinar palestras, eventos científicos ou políticos com levantamentos de campo e consultorias.

Entre as atividades na FAU e na Casa da Cidade, em São Paulo e as várias atividades em todo o país, passaram-se os seis anos que seguiram a acachapante derrota nas eleições para vereador em 2004, quando se viu o que significa “não perder a linha”. Frente à rica experiência que vivi nesse período, às vezes, acho que esta derrota inesperada foi providencial para dar continuidade a essa trajetória entrelaçada.

XII NOTÍCIAS DO FIM OU DE UM FUTURO POSSÍVEL

[2011]



31 de janeiro de 2011, 10 horas de manhã

Dentro de seis horas este Memorial terá que ser entregue na FAU-USP. Por isto, ele termina por aqui. Certamente não está completo, em todos os aspectos que poderiam ser abordados, mas o fundamental não deixou de ser dito. Se não está mais completo, ou se está mal revisado, é por que a tese, com toda a complexidade da sua redação, articulação e edição, tomou mais tempo do que esperava. Mas, principalmente, porque não é sem perdas que essa trajetória entrelaçada é tecida.

Em janeiro deste ano, estava concentrado e isolado com o objetivo de finalizar a tese e, em seguida, elaborar esse Memorial, quando recebi dois telefonemas que interromperam o trabalho e fizeram com que ele ficasse aquém do que eu gostaria. Ou que fosse aquilo que minha trajetória permita que ele seja.

Um era do meu filho, atualmente trabalhando fora de São Paulo, com uma reivindicação que, talvez, muitas outras pessoas gostariam de fazer, mas que não tinham a mesma liberdade que ele: “como seu eleitor e filho, eu peço que você, um defensor dos cinemas de rua, faça alguma coisa para não deixar o Cine Belas Artes fechar”.

Não agüentei ficar escrevendo sobre os anos 1940, quando as coisas estavam acontecendo na frente do meu nariz. Abri outro arquivo e comecei a escrever um artigo que, três dias depois, foi publicado na Folha de São Paulo: “Não deixe o Belas Artes fechar”, com um desenho onde pessoas de mãos dadas, defendiam o cinema. No sábado seguinte, uma passeata de uma centena de jovens saiu pela Avenida Paulista e, na volta, abraçaram o cinema. Uma semana depois, o Conpresp abriu o processo de tombamento do cinema que, sendo ou não uma medida correta do ponto de vista patrimonial, interrompeu

temporariamente a perspectiva de fechamento de um dos últimos cinemas de rua de São Paulo, que se tornou uma referência para a cidade.

O outro telefonema veio de Brasília: “a ministra do Meio Ambiente quer lhe falar”, disse a secretária. Três dias depois estava eu desembarcando no Aeroporto de Congonhas, com a minha malinha, que tinha prometido a mim mesmo não carregar neste mês de janeiro que hoje se finda, de volta da capital federal, tentando tirar da cabeça o que significaria cuidar de uma Secretaria Nacional de Ambiente Urbano, deixar de pensar no que eu poderia fazer pela primeira vez em um cargo do governo federal, e voltar para os meus pioneiros da habitação social no Brasil e tentar entender porque eles não conseguiram colocar em prática, de forma massiva, os conceitos que tinham sobre a cidade e a habitação. E o que isto tinha a ver com a política de Vargas, Dutra e Juscelino, de seus partidos, de seus ministros e da burocracia estatal.

Menos de uma semana depois, ocorreu uma das maiores tragédias urbano-ambientais de que se tem notícia no país, na região serrana do Rio de Janeiro, e o celular não parava de tocar, com jornalistas insistindo para que eu participasse

de entrevistas e debates sobre o que se pode fazer para evitar ou minimizar estes dramas. (Volta-me a cabeça a enchente da Rua Cavaleiro Basílio Jafet, com os cadernos manchados que tive de usar no segundo ano do ginásio, uma bobagem perto do que está acontecendo nas nossas cidades).

Não sei como essas questões estarão encaminhadas quando este memorial for lido pela banca examinadora: se o Belas Artes estará aberto ou fechado; se eu estarei ou não cuidando de uma política nacional para o ambiente urbano; se as cidades serranas terão terminado de contar seus mortos ou em qual nova pesquisa estarei metido.

Mas uma coisa é certa: essa trajetória entrelaçada, entre a reflexão acadêmica, a militância política e a gestão de políticas públicas terá continuidade, pois ela está inoculada como parte indissociável de um sírio brasileiro que não abandona a mala de mascate que seus avós trouxeram de Homs para fazer a América. Uma mala que ao invés de mercadorias, está cheia de idéias e de ideais, de imagens e de histórias que nunca acabam, como no livro de capa verde que estava na estante da biblioteca do meu pai.